

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO:
UM ESTUDO DOS FATORES DESENCADEADORES DO
ENDIVIDAMENTO CRÔNICO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS
MODELOS DE RECUPERAÇÃO E DO PL 283/2012

LUCAS RAFAEL MARTINS

RIO DE JANEIRO

2017

LUCAS RAFAEL MARTINS

O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO: UM
ESTUDO DOS FATORES DESENCADEADORES DO ENDIVIDAMENTO
CRÔNICO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MODELOS DE
RECUPERAÇÃO E DO PL 283/2012

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de
Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Miranda Cavalcante.

RIO DE JANEIRO

2017

Lucas Rafael Martins

O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO: UM ESTUDO DOS FATORES DESENCADEADORES DO ENDIVIDAMENTO CRÔNICO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MODELOS DE RECUPERAÇÃO E DO PL 283/2012. Lucas Rafael Martins. - 2017.

60 f.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Miranda Cavalcante.

Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito.

Bibliografia: 57, 61.

1. Superendividamento – Monografias. 2. Do consumidor de crédito. I. Martins, Lucas Rafael. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade de Direito. III. Título.

CDD 342.5

LUCAS RAFAEL MARTINS

O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO:
UM ESTUDO DOS FATORES DESENCADEADORES DO
ENDIVIDAMENTO CRÔNICO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS
MODELOS DE RECUPERAÇÃO E DO PL 283/2012

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito.

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

Prof. Dra. Carolina Miranda Cavalcante
Orientadora

Prof. Dr. Flávio Alves Combat
Professor convidado

Prof. Dr. Marilson dos Santos Santana
Professor convidado

Dedico este trabalho a cada gota de suor de meu pai, a cada palavra de incentivo de minha mãe e a cada sorriso de minha irmã, pessoas que fizeram dos meus sonhos seus objetivos de vida. Também merecem serem lembrados todos os mestres que me iluminaram durante a minha breve passagem na maior faculdade de direito deste país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Professora Carolina Cavalcante pela paciência, dedicação e boa vontade, sem estas qualidades jamais poderia apresentar um trabalho de conclusão com este sentimento de orgulho. Quero agradecer à banca avaliadora, pelas perguntas e apontamentos que edificaram e amadureceram este trabalho.

“Os novos pobres, são os excluídos da sociedade de consumo globalizada”.

Zygmunt Bauman

RESUMO

O superendividamento do consumidor de crédito tem se mostrado um importante problema social, econômico e jurídico da sociedade contemporânea, inobstante ao fato de representar apenas uma das faces do sistema capitalista. O comprometimento cada vez mais expressivo da renda dos consumidores tem despertado a atividade legislativa e jurídica ao redor do mundo diante da ineficácia dos institutos jurídicos tradicionais em resolver esta nova demanda do consumidor. Nesse sentido, o presente estudo possui o objetivo de analisar o superendividamento brasileiro buscando destacar suas causas e analisar medidas que possam minimizar seus efeitos. O desenvolvimento do trabalho considera a proposta do Projeto de Lei 283 de 2012 como medida importante no avanço das políticas de tutela do consumidor superendividado, apresenta, porém, a necessidade de se adotar uma política de perdão judicial das dívidas dos consumidores em maior estado de vulnerabilidade, acreditamos que somente assim a tutela do consumidor em estado de endividamento crônico e grave poderá ser plena e eficaz.

Palavras-chaves: Consumidor, Sociedade de Consumo, Superendividamento, Aprimoramento Legislativo, Emergência Socioeconômica, Endividamento, Inadimplência, Crédito, Tutela social.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

1- TRIBUNAIS

STF - Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça

2- INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
FED – Federal Reserve System
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
SERASA -

3- LEGISLAÇÃO

Art. – Artigo
BAPCPA – Bankruptcy Abuse Prevention and Consumer Protection Act
CC - Código Civil
CPC - Código de Processo Civil
CDC – Código de Defesa do Consumidor
CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
Nº. – Número

4- ÍNDICE

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

LISTA DE SÍMBOLOS

§ - Parágrafo
% - Porcentagem

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Relação entre as operações de crédito e a evolução da renda média no país | 36 |
| Gráfico 2 - Nível de endividamento das famílias brasileiras | 37 |
| Gráfico 3 - Qualidade do crédito | 38 |
| Gráfico 4 - Demanda do crédito pela renda do tomador | 39 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1.INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 2.CAPÍTULO I – O FENÔMENO DO SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR..... | 19 |
| 2.1 Classificação do superendividamento | 19 |
| 2.1.1 Superendividamento ativo..... | 20 |
| 2.1.2 Superendividamento passivo..... | 20 |
| 2.1.3 A boa-fé como um instrumento de adequação contratual e de combate ao superendividamento..... | 20 |
| 2.2 O superendividamento, uma realidade internacional – o consumo conspícuo como fator desencadeador..... | 20 |
| 2.3 O superendividamento, uma realidade internacional – Crédito usado como complemento de renda..... | 21 |
| 2.4 A relação entre crédito e mercado de consumo no Brasil..... | 21 |
| 3.CAPÍTULO II – O SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL E OS PRINCIPAIS MODELOS DE REGULAÇÃO EXISTENTES NA ATUALIDADE..... | 22 |
| 3.1 Dados do (super) endividamento no Brasil | 22 |
| 3.2 Modelos de regulamentação do superendividamento (Europeu e americano)..... | 23 |
| 3.2.1 Superendividamento na França – Modelo europeu | 23 |
| 3.2.2 Superendividamento nos Estados Unidos da América – Modelo americano..... | 23 |
| 3.3 A exclusão social do superendividado ao mercado de consumo – morte do homo economicus e a ausência de tratamento legal ao superendividamento no Brasil..... | 23 |
| 4.CAPÍTULO III – TUTELA DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO EM JUÍZO E ANÁLISE DO PL 283/2012 NO PROCESSO DE TRATAMENTO DO ENDIVIDAMENTO CRÔNICO..... | 24 |
| 4.1 Institutos jurídicos análogos ao tratamento do superendividamento..... | 24 |
| 4.1.1 Lesão..... | 24 |
| 4.1.2 Recuperação judicial..... | 24 |
| 4.1.3 Insolvência civil..... | 25 |
| 4.2 Principais propostas do Projeto de Lei 283/2012..... | 25 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 25 |
| 6.BIBLIOGRAFIA | 26 |

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente convém destacar que o endividamento para consumo de produtos e serviços faz parte da vida moderna é legítima e normal às economias de mercado e está diretamente associado ao maior desenvolvimento econômico. O crédito se caracteriza como uma das técnicas da dita “sociedade de consumo”,¹ na qual a capacidade e a manutenção do ato de consumir está intimamente vinculado à manifestação da dignidade dos indivíduos.

Nesse sentido, quanto mais avançadas forem essas técnicas de consumo, maiores tendem a ser os esforços pessoais para sua manutenção, mesmo quando os indivíduos não reúnem capacidades financeiras hábeis a suportar tamanho comprometimento. Situação em que, poderia fazer com que estes indivíduos busquem o crédito bancário com o intuito de complementação de suas rendas, fato que pode propiciar o superendividamento, que será objeto de estudo do presente trabalho.²

Contudo, ao mesmo tempo em que o crédito pode ser fator gerador de exclusão social pode igualmente ter efeito contrário, posto que o crédito permite resolver problemas habitacionais e democratiza acesso a bens de consumo antes restritos apenas às classes sociais privilegiadas.

Em todo o mundo se têm observado a necessidade da preservação e recuperação da saúde econômica dos consumidores afetados pelo problema do superendividamento, no Brasil a questão entrou em pauta de discussão por meio do Projeto de Lei 283 de 2012 do Senado Federal, após a necessidade deflagrada pelo Projeto de Lei 281 de 2012. O objetivo daquele projeto é conter o avanço dos consumidores superendividados, por meio de uma

1 Termo utilizado para designar o tipo de sociedade que se encontra numa avançada etapa de desenvolvimento industrial capitalista e que se caracteriza pelo consumo massivo de bens e serviços, disponíveis graças a elevada produção dos mesmos. TASCHNER, Gisela. **Cultura do Consumo, cidadania e movimentos sociais**. Revista de Ciências Sociais da Universidade Unisinos, Vol. 46, n. 1, p. 47-52, janeiro a abril de 2010.

2 ENGELMANN. Wilson; FORNASIER. Mateus de Oliveira. **Superendividamento e dignidade: Um enfoque hermenêutico do instrumental técnico de exacerbação do hiperconsumismo na sociedade contemporânea à luz do direito do consumidor brasileiro**. Publicado em: Revista de Direito do Consumidor, Vol. 88/2013, p. 259-290: “O superendividamento não pode ser visto como um simples momento de inadimplência, e sim, como a impossibilidade de uma pessoa suprir suas necessidades básicas. Este prisma revela existirem na relação creditícia (obrigacional) importantes aspectos da vida humana que, se desprezados, podem ameaçar a própria dignidade da pessoa – na acepção mais humana possível”.

reforma das garantias do Código de Defesa do Consumidor (CDC).³ Na prática, o mencionado Projeto pretende inserir novo capítulo ao CDC para controlar, legalmente, o fornecimento e a contratação de créditos bancários no país.

A tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei em comento teve fim no dia 04 de novembro de 2015. Dia em que foi remetido à apreciação da Câmara dos Deputados, para, se aprovado, passar para sanção presidencial e então se tornar Lei. Desde a data do dia 11 de novembro de 2015 o Projeto de Lei⁴ encontra-se aguardando apreciação da mesa diretora da Câmara dos Deputados.

A relevância do estudo deste fenômeno se justifica na extensão dos problemas protagonizados pelo quadro do superendividamento; problemas que vão desde a ordem pessoal, como se verá no desenvolvimento do trabalho, ocasionados pelo grave comprometimento da dignidade da pessoa humana, à estabilidade econômica do país.⁵

Estruturalmente a monografia está dividida em três capítulos somados à introdução e à conclusão. O primeiro apresenta o superendividamento do consumidor e suas classificações na doutrina nacional, neste capítulo se discute, com base em revisão de literatura, a existência de dependência do consumo nacional às linhas de crédito ofertadas ao consumidor. Devido a necessidade de caracterizar o fenômeno e de contextualizá-lo, este capítulo consome maior número de páginas desta monografia.

O segundo capítulo se destina ao estudo do Projeto de Lei 283 com modelos de controle do superendividamento adotados em países selecionados, no caso deste estudo foram estudados o modelo americano e o modelo francês. No último capítulo se apresenta os institutos análogos ao superendividamentos e se discute sua adequação para tratamento do fenômeno em comento. Por fim, tem-se a conclusão da monografia com apresentação dos resultados alcançados na pesquisa.

3 BRASIL, Congresso Nacional. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm.

4 Renumerado para Projeto de Lei 3515/2015 na Câmara dos Deputados.

5 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Superendividamento no Brasil. **Programa Estudo sobre o crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul**. São Paulo, 2009. P. 5. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

Recomenda-se que a leitura deste trabalho seja realizada considerando os argumentos apresentados como uma proposta de mudança, como uma esperança de concretizar, no plano da realidade o necessário conforto a milhares de cidadãos que estão privados da tranquilidade financeira pelos saldos de dívidas que jamais poderão ser quitadas devido à ausência normativa que limite os abusos presentes nos contratos de crédito hodiernamente firmados. Vale a pena lembrar que estas garantias são reservadas no texto constitucional e nos direitos básicos dos consumidores constantes do Código de Defesa do Consumidor. Logo, é dever de toda a coletividade trabalhar nesse *mister*. Todavia, cumpre deixar registrado que a simples letra fria da Lei não será capaz de garantir sua execução, é necessário que condutas adicionais e efetivas sejam de fato implementadas pelo Estado e por toda a sociedade, sem tal engajamento o problema do superendividamento permanecerá muito tempo ainda sem solução efetiva.

2. CAPÍTULO I – O FENÔMENO DO SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR⁶

O Brasil assistiu nas últimas décadas uma das maiores ascensões sociais de sua história, estudos⁷ apontam que entre os anos de 2003 e 2009 mais de 29 milhões de pessoas ingressaram na chamada “nova classe média”, considerável parte desta mobilidade social⁸ foi ocasionada pela maior disponibilidade do crédito⁹ ao consumidor.

A maior expansão do mercado de crédito provocou também um aumento significativo dos casos de endividamento crônico, com isto mais pessoas passaram a não conseguir pagar suas dívidas atuais ou futuras valendo-se apenas da soma seus rendimentos e patrimônio, arrastando saldos de dívidas por anos a fio, com grave comprometimento de sua qualidade de vida e de seus familiares.

6 O conceito de consumidor e de fornecedor no ordenamento brasileiro foram delineados pelo legislador nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, respectivamente: Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo. Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

7 SARAIVA, Luis Fernando de Oliveira; REZENDE, Joyce Cristina de Oliveira; REIS, João Victor de Souza; INACIO, Márcio Dionizio; SCHURMAN, Lia Vainer. **A “nova classe média”: Repercussões psicossociais em famílias brasileiras.** USP, Instituto da Família, Relações de Gênero e Sexualidade (LEFAM). São Paulo/SP. Publicado na Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2015, V. 26, n. 1, p. 52-61, disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00052.pdf>> acesso em: 27 de junho de 2016.

8 Cumpre destacar que houve aumento na renda média da população no mesmo período, fruto do processo de controle inflacional, do crescimento econômico e da maior distribuição de renda. SCALON, Celi; SALATA, André. **Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica.** Artigo publicado na Revista Sociedade e Estado. Vol. 27, n. 2, Brasília. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

9 O crédito será compreendido “ (...)como um “tempo” para se pagar – no futuro – uma dívida constituída no presente”. MIRAGEM, Bruno. **Fundamento e finalidade da aplicação do Código de Defesa do Consumidor as Instituições Financeiras.** RDC 21/82, abr-jun, 2012. P. 362. Complementa a definição afirmando que crédito é uma “disposição efetiva e imediata de um bem econômico, em vista de uma contraprestação futura”. GIANCOLI, Brunno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito.** Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008. p.13.

Sobre o tema, cumpre distinguir: endividamento de superendividamento. O primeiro, segundo a doutrina de Cíntia Senna¹⁰ significaria tão somente que o momento de pagamento de uma compra foi postergado para o futuro, seja por ausência momentânea de recursos, seja por não haver interesse pessoal para adimplemento imediato. Quanto a significação de superendividamento, aponta a doutrina especializada, que seria a condição em que o consumidor se encontra absolutamente impossibilitado de pagar suas dívidas sem comprometimento grave de seu mínimo existencial.¹¹ Todavia, esta primeira conceituação não esgota todas as significações que o termo comporta, sendo necessário analisar como outros autores expõem o fenômeno.

As fontes mais citadas pelos estudiosos brasileiros do tema remetem à conceituação atribuída pela legislação francesa,¹² posto que não há no Brasil definição legal sobre o tema; a fonte francesa define a condição de superendividamento como a situação fática em que uma

10 SENNA, Cíntia. **Saiba o que é endividamento e sua diferença para inadimplência**. Artigo publicado no site Educação Financeira em 19 de abril de 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kXMRz2GLkSAJ:www.dsop.com.br/2016/04/saiba-o-que-e-endividamento-e-sua-diferenca-para-inadimplencia/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 18 de março de 2017.

11 Ricardo Lobo Torres define mínimo existencial como “*um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas*”. TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. Vol III. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidade e isonomia. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 1999. P. 138. No entanto, apenas esta definição não é suficiente para a compreensão do mínimo existência, desta forma se faz necessário recorrer às lições de John Rawls, mais especificadamente nos modelos de justiça. Na concepção do autor, o mínimo existencial se configuraria na realização, por parte do Estado, do Princípio da Diferença, situação na qual os indivíduos receberiam tratamento diferenciado, retirando assim o “véu da ignorância” que havia sido empregado na estipulação de normas básicas para o funcionamento da sociedade e da distribuição de bens. Desta forma, o mínimo existencial deixa de ser um fim a ser atingido pelo legislador, para ser um direito assegurado pela Constituição, independente do exercício do legislativo. Nesse entendimento, transcreve-se John Rawls: “Observe-se que existe, ademais, outra importante distincion entre los principios de justicia que especifican los derechos y las libertades básicas em pie de igualdad y los principios que regulan los asuntos basicos de la justicia distributiva, tales como la libertad de desplazamiento y la igualdad de oportunidades, las desigualdades sociales y económicas y bases sociales del respeto a si mismo. Un principio que especifique los derechos y libertades basicas abarca la Segunda clase de los elementos constitucionales esenciales. Pero aunque algun principio de igualdad de oportunidades forma parte seguramente de tales elementos esenciales, por ejemplo, un principio que exija por lo menos la libertad de desplazamiento, la eleccion libre de la ocupacion y la igualdad de oportunidades (como la he especificado) va mas alla de eso, y no sera un elemento constitucional. De manera semejante, si bien un minimo social que provea para las necesidades basicas de todos los ciudadanos es tambien un elemento esencial, lo que he llamado el “principio de diferencia” exige mas, y no es un elemento constitucional esencial”. RAWLS, John. **Liberalismo Político**. Ciudad del México. Fondo de Cultura Económica. 1994. P. 218/219.

12 “A legislação francesa consumerista destinou tutela lega à prevenção e ao tratamento do superendividamento através da *Loi Neiertz*, de 31.12.1989, tendo recebido posteriormente modificações parciais pelas leis de 09.07.1991, de 08.02.1995, de 23.01.1998, com vistas a otimizar o procedimento e assegurar a proteção dos superendividados em caso de penhora imobiliária. Contudo, foi com a lei de 29.07.1998 que o legislador declarou que a tutela era destinada ao combate da exclusão social gerada pelo superendividamento”.

pessoa física, devedora de boa-fé,¹³ encontra-se impossibilitada de honrar seus compromissos de natureza não profissional sem colocar em riscos direitos tidos como fundamentais, tais como: educação, moradia e alimentação, sua ou de seus familiares.¹⁴

No Brasil a doutrina mais prestigiada no conceito de superendividamento foi reservado às lições de Claudia Lima Marques (2006), que assim conceituou o fenômeno:

O superendividamento pode ser definido como impossibilidade global do devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com Fisco, oriunda de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio.¹⁵

Das palavras da autora se pode depreender que um dos mais importantes elementos para a caracterização do fenômeno é a denominada “impossibilidade global” para o pagamento, impossibilidade esta que, ao nosso sentir, parece indicar uma situação irreversível. De forma que a mera falta de liquidez momentânea não se mostra suficiente para se vislumbrar uma situação de superendividamento que justificasse a atuação da proteção estatal.

André Perin (2010) arremata ao longo de sua análise quando da feitura de seu trabalho de conclusão de mestrado apontando que o superendividamento exige que o débito seja mantido por:

(...) pessoa física; (cuja) a dívida não seja alimentar ou penal reparatória; que esteja presente a boa-fé; e que haja uma impossibilidade manifesta de se quitarem as dívidas – isto é, que o devedor (deve) possuir um ativo menor que o passivo (incluindo-se ativo e passivo futuro), de modo a ser

13 “O princípio da boa-fé objetiva – circunscrito ao campo do direito das obrigações – é o objeto de nosso enfoque. Compreende ele um modelo de conduta social, verdadeiro standard jurídico ou regra de conduta, caracterizado por uma atuação de acordo com determinados padrões sociais de lisura, honestidade e correção de modo a não frustrar a legítima confiança da outra parte. (...) Esse dado distintivo é crucial: a boa-fé objetiva é examinada externamente, vale dizer que a aferição se dirige à correção da conduta do indivíduo, pouco importando a sua convicção. De fato, o princípio da boa-fé encontra a sua justificação no interesse coletivo de que as pessoas pautem seu agir pela cooperação e lealdade, incentivando-se o sentimento de justiça social, com repressão a todas as condutas que importem em desvio aos sedimentados parâmetros de honestidade e retidão. Por isso, a boa-fé objetiva é fonte de obrigações, impondo comportamentos aos contratantes, segundo as regras de correção, na conformidade do agir do homem comum daquele meio social”. ROSENVALD, Nelson; PELUZO, Cesar (Coord.). **Código civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 3. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2009. p. 458.

14 NETO, André Perin Schmidt Neto. **Superendividamento do consumidor: Conceito, pressupostos e classificação**. Publicado em Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 26, p. 167-184, 209, 2010.

15 Prefácio in, MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006.

impossível pagar seus débitos sem um grave prejuízo a sua dignidade.¹⁶
(Modificado)

Ainda a respeito da necessidade de restar comprovada a incapacidade para o pagamento, Maria Manuel Leitão Marques leciona que:

O sobreendividamento¹⁷, também designado por falência ou insolvência de consumidores, refere-se às situações em que o devedor se vê impossibilitado, de uma forma durável ou estrutural de pagar o conjunto das suas dívidas, ou mesmo quando existe uma ameaça séria de que o não possa fazer no momento em que elas se tornem exigíveis.¹⁸

Conclui-se então que o superendividamento não é apenas um fenômeno pessoal, é também um desafio social e como tal deve ser considerado. A respeito deste assunto, Heloisa Carpena (2006) afirma que:

O superendividamento é um problema social. Esta afirmação se confirma diariamente nos noticiários, não escapando ao leitor mais atento a constatação de que se vive hoje, no Brasil economicamente estável, uma considerável expansão do crédito, que atinge em larga medida as classes menos favorecidas, mais numerosas e menos educadas para o consumo. Em pesquisa publicada no final de 2005, foi apurado que a concessão de crédito para as pessoas físicas já responde por 45,8% dos empréstimos bancários e cresceu 30% nos últimos 12 meses, enquanto a massa real de salários (quantidade de pessoas trabalhando e total de vencimentos, descontada a inflação) aumentou apenas 5% no mesmo período.¹⁹

Desta forma, sendo um problema jurídico-social entende-se ser merecedor de alguma solução pelo Direito, a exemplo do que aconteceu com a falência e recuperação judicial no direito empresarial, que, como cediço, garantiu aos empresários diversas soluções para adimplemento obrigacional objetivando, sempre que possível a manutenção da atividade empresarial, de fato a nova Lei de Recuperação Empresarial²⁰ conseguiu retirar todo misto de preconceito e estigma que estavam presentes no antigo processo de falência e concordata. Desta forma, advogamos a necessidade desta proteção também ser atribuída aos

16NETO, André Perin Schmidt Neto. **Superendividamento do consumidor: Conceito, pressupostos e classificação**. Publicado em Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 26, p. 180, 2010.

17 Designação do superendividamento em Portugal, nomenclatura também adotada por parte da doutrina nacional no início do estudo do tema.

18MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **Regular o Sobreendividamento**. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria>. Acesso em: 29 de dezembro de 2015.

19 CARPENA, Heloísa; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Superendividamento: proposta para um estudo empírico e perspectiva de regulação**. In: MARQUES; CAVALLAZZI (Org.), 2006, p. 328.

20 BRASIL, Congresso Nacional. Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

consumidores superendividados. Isto porque, a proteção ao consumidor superendividado não objetiva somente a preservação de seu acesso ao crédito, mas, principalmente permitir que estes indivíduos tenham acesso ao crédito de melhor qualidade, que é o crédito que não ameaça suas necessidades humanas mais básicas. Para Giancoli (2008) a definição de superendividamento deve agasalhar este compromisso social, vejamos:

(...) decorre da necessidade de cooperação social dos agentes da ordem econômica, para garantir a manutenção digna da capacidade de crédito do consumidor, crédito este visto como um instrumento de acesso aos bens para sua sobrevivência social mínima. Noutras palavras, o superendividamento é um *standard* jurídico que permite a correção da assimetria de uma ou diversas relações jurídicas contraídas pelo consumidor, em razão da existência de um conjunto de dívidas estruturais ajustadas de boa-fé, capazes de ameaçar ou lesionar sua dignidade pessoal.²¹

Nesse passo, vale a pena afirmar que a Constituição Federal dispõe em seu art. 1º, III, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado e é ao mesmo tempo um valor da democracia. Nesse sentido, caberia ao Estado o estabelecimento de regras com o objetivo de evitar qualquer comprometimento grave à dignidade humana. Aqui mais uma vez se faz necessário lembrar que a caracterização do instituto na vida real demanda imensurável cuidado, uma vez que a aplicação de proteção estatal aos consumidores sem uma análise firme de sua real necessidade poderia provocar a ineficácia das teorias que sustentam a estipulação de garantias ao consumidor superendividado.

A doutrina é pacífica no entendimento de que a situação de superendividamento pode decorrer por diversos fatores, desde casos fortuitos até o consumo desenfreado. Pode-se sintetizar o conceito afirmando que o mencionado fenômeno se caracteriza pela insuficiência de recursos econômicos da pessoa física hábeis a dar cumprimento de suas obrigações financeiras, cujo resultado é um aumento de suas dívidas frente aos seus rendimentos, o que comprometeria sua qualidade de vida.

Das definições de superendividamento apresentadas, este trabalho pretende adotar a definição francesa, corrente abraçada pela unanimidade dos doutrinadores brasileiros estudados, em especial nos fidelizamos ao entendimento ventilado por Marques (2005), cuja obra é citada por quase todos os pesquisadores do ramo e é a que pretende definir o

21 GIANCOLI, Bruno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

superendividamento de forma mais objetiva. Outros autores, a exemplo de Perin (2010) tendem a ampliar o conceito de superendividamento, objetivando, desta forma, alcançar quase a totalidade dos consumidores mais vulneráveis às práticas do mercado de consumo, no nosso sentir esta não é uma atitude acertada, haja vista que particularidades devem ser mantidas apartadas do conceito elementar do fenômeno.

2.1 Classificação do superendividamento

A doutrina nacional, com base na legislação francesa,²² utiliza o critério da origem do superendividamento sob a ótica da concorrência do consumidor na condução de seu processo de endividamento para estabelecer sua classificação. Desta forma pode-se ventilar dois principais tipos de superendividamento: o ativo: consciente e inconsciente e o superendividamento passivo.²³

Nas palavras de Marques (2005):

O superendividado ativo é fruto de uma acumulação inconsiderada de dívidas, desde que de boa-fé, conhecido também como endividamento compulsório. Já o superendividamento passivo é aquele provocado por um imprevisto da vida moderna, ou seja, a dívida proveniente do desemprego, da doença que acomete uma pessoa da família, pela separação do casal, entre outros.²⁴

2.1.1 Superendividamento ativo

Segundo a doutrina de Costa (1999),²⁵ o superendividamento ativo, tanto o consciente quanto o inconsciente é o resultado da má-gestão do orçamento familiar pelo consumidor,

22 República Francesa, Lei Neiertz, Lei n. 89.1010/1990.

23 MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: sistema e tópico no processo obrigacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 411.

24 MARQUES, Claudia Lima. **Sugestões para uma Lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Revista dos tribunais, nº 55, p. 11-52, jul./set. 2005.

25 MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: sistema e tópico no processo obrigacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 409.

que somou quantidade de dívidas muito superior aos recursos financeiros que dispõe para liquidá-lo.²⁶

2.1.1.1 Superendividamento ativo consciente

Por superendividamento ativo consciente tem-se a hipótese do consumidor que, evitado de má fé, adquire conscientemente dívidas com o objetivo de ludibriar seus credores. Estes devedores arquitetam, planejam e dão cabo a todas as condições necessárias e úteis tendentes a frustrar qualquer execução judicial depreendida pelos seus credores, no único objetivo de se locupletarem às custas daqueles. Esses devedores, em teoria não poderiam receber o auxílio estatal para sua recuperação por faltar-lhes o requisito da boa-fé desde o nascimento contratual, porém, em virtude de somar passivo superior ao ativo e em virtude de ter sua dignidade prejudicada pelo processo de superendividamento, não se pode excluí-los do rol do superendividamento. Os danos provocados a terceiros, no nosso entendimento, devem ser ressarcidos com base na responsabilidade civil da lei ordinária.²⁷

2.1.1.2 Superendividamento ativo inconsciente

A hipótese do superendividado ativo inconsciente contempla a situação de um consumidor que age de forma impulsiva e até mesmo imprudente, que chega a situação de superendividado por ter se furtado a analisar e avaliar seu orçamento ao firmar seus contratos de crédito. Embora estes consumidores não tenham sofrido qualquer fato superveniente capaz de afetar seu patrimônio, estes acabam sendo conduzidos a situação de superendividamento por conta exclusiva de seu comportamento irrefletido, todavia, merece destaque que falta a estes a má fé de ludibriar o credor, fator que diferencia o superendividamento ativo inconsciente do consciente.²⁸

Esta modalidade de superendividamento resta caracterizada na forma como a sociedade de consumo induz seus cidadãos a adquirirem produtos e serviços muitas vezes

26 Ibidem, loc. Cit.

27“(…) a responsabilidade civil é sempre uma obrigação de reparar danos: danos causados a pessoa ou ao patrimônio de outrem, ou danos causados a interesses coletivos, ou trasindividuais, sejam estes difusos, sejam coletivos *strictu sensu*”. NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2003, p.429 e MARQUES, 2000 apud SCHMIDT NETO, 2009. p. 19

28 SCHMIDT NETO, 2009, p. 26.

supérfluos, em razão exclusiva de suprir desejos momentâneos do ato de comprar. Esta realidade é ocasionada ainda pela tendência, reconhecida pela doutrina nacional, de que os consumidores têm de superestimar sua capacidade financeira diante da oferta abundante do crédito²⁹ entendimento que é corroborado por Felipe Kirchner:

(...) o devedor superestima o seu rendimento por incapacidade de administrar seu orçamento ou por ceder às tentações do consumo e da publicidade, na busca por um padrão de vida mais elevado, que ele próprio (psicológica e socialmente) se impõe.³⁰

Percebe-se aqui o quão tênue é a diferença entre ambas classificações, motivo pelo qual os tribunais dedicam boa parte de suas atividades na análise em busca de requisitos que demonstrem a boa ou má-fé do devedor no processo de endividamento excessivo, isto porque, como já é sabido esta é a fronteira entre receber ou não tutela estatal para a recuperação creditícia dos consumidores.

A doutrina brasileira, mais precisamente a de André Perin Schmidt Neto (2009) amplia o rol do superendividamento ativo inconsciente fazendo incluir a situação do devedor analfabeto funcional. A hipótese restaria configurada na oportunidade em que a “análise da situação individual do consumidor demonstre que tal relação social de consumo era demasiadamente complexa para o nível cultural daquele consumidor”.³¹

2.1.2 Superendividamento passivo

Diferentemente dos demais, o superendividamento passivo não depende de uma atividade ou de um deixar de agir por parte do consumidor, em verdade, nesta modalidade, o consumidor sofre a influência de fatores externos denominados de “acidentes da vida” que lhe conduz, involuntariamente, a condição de superendividado. Entende-se por “acidentes da vida” fatos cotidianos da vida em sociedade que podem afetar a qualquer pessoa indistintamente como: nascimento de um filho, divórcio do casal, doenças, desemprego,

29 KIRCHNER, Felipe. **Os novos fatores teóricos de imputação e concretização do tratamento do superendividamento de pessoas físicas**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 65, p. 63-113, jan./mar., 2007, p. 72.

30 KIRCHNER, Felipe. **Os novos fatores teóricos da imputação e concretização do tratamento do superendividamento de pessoas físicas**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, v. 17, n. 65-113, jan.- mar. P.74 2008.

31 SCHMIDT NETO, 2009, p. 26.

redução nos rendimentos mensais, aumento da taxa básica de juros, flutuação do câmbio, entre outros fatos externos que altera desfavoravelmente a conjuntura financeira do consumidor e de seu núcleo familiar.³²

Aqui não se analisa a boa ou má-fé do consumidor e nem sua má gestão em seu orçamento familiar, mas sim a potencialidade de fatores externos e imprevistos conduzir ao desequilíbrio contratual. Casado (2000) faz constar em sua doutrina que fatos ilícitos depreendidos pelo credor para ampliar suas vantagens nos contratos de consumo ou mesmo de renegociação são espécies do gênero de superendividamento passivo.³³ André Perin (2010) afirma que estes consumidores são as espécies mais vulneráveis, uma vez que frequentemente acabam contratando outros créditos com o objetivo único de se livrarem das condições anteriores que se tornaram altamente desfavoráveis, todavia, aceitam as mais variadas condições por não terem tempo hábil para negociação.

Noutro lado, reconhecendo a flagrante condição de vulnerabilidade, o fornecedor exagera nas condições da contratação, estabelecendo taxas de juros e custos desproporcionais ao risco do crédito assumido. Logo, pode-se concluir que aos olhos dos credores estes contratos se mostram excelentes investimentos, ainda que perversos.³⁴

No Brasil esta é a forma de superendividamento mais frequente, vejamos:

(...) pesquisa foi realizada em 2005, no Rio de Janeiro, coordenada por Rosângela Cavallazzi, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Heloísa Carpena, procuradora do Ministério Público Estadual. Os resultados são semelhantes aos realizados pelos profissionais rio-grandenses. Com base nos registros do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon/Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), foram selecionados 80 consumidores. Desses, 39% comprometiam 60% da renda, ou mais, em dívidas. Em 50% dos casos, o desemprego foi responsável pelo desequilíbrio financeiro. Apenas 37% receberam a cópia do contrato e em

32 Ibidem, loc. Cit.

33 CASADO, Marcio Mello. **Os princípios fundamentais como ponto de partida para uma primeira análise do sobreendividamento no Brasil**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 33, p. 130-142, jan./mar., 2000, p 131.

34 SCHMIDT NETO, op. Cit., p. 27.

88% das vezes não se pediu nenhuma garantia para o empréstimo.³⁵
(Modificado)

Ou seja, os dados coletados pelo Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, coletados pela pesquisa citada, demonstra que a maior parte dos consumidores superendividados estudados se endividaram não pelo consumo exacerbado, mas sim por situações alheias e no mais das vezes, por culpa exclusiva do fornecedor que assumiu riscos demasiados frente a realidade do consumidor.

2.1.3 A boa-fé como um instrumento de adequação contratual e de combate ao superendividamento

A boa-fé do consumidor funciona como divisor de águas, entre receber ou não tutela estatal para a proteção do consumidor superendividado. Logo, a boa-fé objetiva serve como norte aos contratos e para avaliação das condutas das partes. No tocante à boa-fé do consumidor afirma Miragem (2011):

(...) a noção de boa-fé em matéria de superendividamento implica que seja procurado em relação ao superendividado, através de dados da causa, o elemento intencional que evidencia seu conhecimento deste processo e sua vontade de solucionar o conjunto de suas dívidas cujo total é excessivo, tendo-se em conta (seus) recursos.³⁶ (Modificada).

Contudo, o mesmo requisito é esperado pela outra parte do contrato, qual seja pelos fornecedores do crédito. A estes o requisito da boa-fé se materializa na não estipulação de cláusulas abusivas e no fornecimento de um crédito atento à capacidade de pagamento do tomador, além da obrigação de fornecer informações transparentes aos seus consumidores. Ou seja, agir conforme os ditames da boa-fé se torna uma obrigação de ambas as partes.³⁷ Isto porque a moderna teoria contratual, edificada no ordenamento jurídico inaugurado pela Constituição Democrática de 1988 pautou-se na necessidade de se atentar à função social dos

35 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, **Superendividamento no Brasil**. Programa Estudo sobre o crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul. São Paulo, 2009. P. 26. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

36MIRAGEM, Bruno. **Doutrinas essenciais: direito do consumidor**. São Paulo: RT, 2011, p. 671-702. In GIANCOLI, Bruno Pandori. **O Superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. P.102 São Paulo: Editora Verbo Jurídico, 2008.

37 MARQUES, Claudia Lima. **Sugestões para uma Lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Revista dos tribunais, nº 55, p. 11-52, jul./set. 2005.

contratos, nesta seara o princípio da boa-fé se apresenta como um parâmetro objetivo, como um patamar geral de comportamento esperado do homem médio, que vê na figura do outro um parceiro. Desta forma, este princípio legitima expectativas razoáveis, edificada no ideal da lealdade, sociedade e eticidade.

Os contratos passam então a possuir nova roupagem,³⁸ dotadas de uma série de deveres de condutas e contratuais, com fim único de realizar os interesses legítimos das partes, de materializar a realização contratual e, posteriormente, a extinção da relação obrigacional. Os efeitos jurídicos, da moderna teoria contratual, se irradiam antes, durante e após o cumprimento das cláusulas tipificadas no contrato. Desta forma, os contratos deixam de ser instituidores de obrigações e passam a ser também instituidores de condutas,³⁹ que, por sua vez, suporta os denominados deveres anexos (*nebenpflichten*) que sujeitam o violador à sanções em caso de sua inobservância. Cumpre destacar que estes deveres anexos, não encontram-se estipulados nas cláusulas contratuais, mas sim decorrem das novas teorias abraçadas pelo Código Civil⁴⁰ em decorrência da Constituição Republicana de 1988 e possuem a função de complementar e concretizar a relação jurídica decorrentes dos contratos; permitindo ao aplicador do direito: corrigir, adaptar ou mesmo modular os efeitos dos contratos diante de novas circunstâncias, modificando desta forma seu conteúdo, com o intuito de preservar o vínculo contratual. Pode-se também limitar a posição das partes, vedando assim, o exercício abusivo de direitos subjetivos.

O princípio da boa-fé objetiva encontra-se positivado no Código de Defesa do Consumidor (CDC)⁴¹ como princípio orientador da interpretação⁴² das relações de consumo tipificadas no art. 4º, III e como cláusula geral do art. 51, IV. Esta previsão legal vem ao

38 TEPEDINO, Gustavo (Coord); **Obrigações – Estudos na Perspectiva Civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Editora: Renovar, 2005. P. 324.

39 MARQUES, CLAUDIA LIMA. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 4.ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 183

40 Tratam-se dos princípios da eticidade, sociedade e operatividade. O primeiro se relaciona ao dever das partes de se comportarem segundo a ética, o segundo se vincula ao dever social dos contratos e o último se vincula à necessidade das normas civis serem operáveis, isto é, executáveis no caso concreto, se atentando a um padrão de comportamento baseado na transparência, justas expectativas e defesa ao lucro exacerbado. FARIAS, Cristiniao Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil, v. 1. Parte Geral e LINDB. 2017, p. 24.

41 Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 1990 - Retificado no D.O.U. de 10 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm

42 AGUIAR JR., Ruy Rosado de. **A boa-fé na relação de consumo**. Revista do Direito do Consumidor. n. 14. São Paulo: RT, abr.-jun./1995. p. 21.

encontro das proteções aos direitos dos consumidores previstos no art. 5º, XXXII da Constituição da República Federativa do Brasil,⁴³ que atribuí, ao consumidor o papel de ser agente econômico vulnerável e merecedor de proteção especial. Logo, os contratos de consumo devem receber tratamento diferenciado porque partem de uma premissa diferenciada, qual seja, do desequilíbrio contratual dos fornecedores com os consumidores, nessa esteira, o art. 170, V, da CRFB/88, instituiu que o exercício da atividade econômica deve atender ao instrumento de promoção da justiça social,⁴⁴ conferindo, desta forma, a defesa do consumidor o *status* de princípio necessário a realização da justiça social no Brasil.

Sendo assim, tem-se que as partes que figuram no contrato de crédito devem agir em atenção a boa-fé objetiva. De um lado se tem a figura do consumidor que deve preservar o *animus* de quitar suas dívidas, permanecendo atento, todavia, à sua condição e realidade econômica; e de outro, há o fornecedor do crédito, cuja boa-fé objetiva se demonstra no oferecimento do crédito saudável, sem estipulação de cláusulas abusivas, de textos excessivamente técnicos ou de difícil compreensão e do estudo apurado das reais capacidades de o tomador pagar o crédito contratado.

Quando faltar ao último o requisito da boa-fé objetiva, o aparato estatal, deve ser acionado para se obter a necessária revisão contratual, extirpando as cláusulas que sejam prejudiciais ao consumidor. Por outro lado, quando faltar boa-fé ao consumidor, tem-se que a este não poderá ser aplicado os conceitos de proteção do superendividamento e deverão reparar os prejuízos que causarem com base na responsabilidade civil. Isto porque o fornecimento do crédito no país, assim como os demais tipos contratuais se baseia no dever de informação e de transparência irradiados pelos Código Civil de 2002, que apesar de seus avanços inquestionáveis não tem sido capaz de evitar as situações de superendividamento, porque adota um modelo de consumidor que se comporta racionalmente, desconsidera as pressões, as necessidades e os incentivos do mercado de consumo e, conseqüentemente do crédito.⁴⁵

43 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html. Acesso em 21 de abril de 2016.

44 Entende-se por “Justiça social [...] quer significar superação das injustiças na repartição, a nível pessoal, do produto econômico. [...] as correções na injustiça da repartição deixam de ser apenas uma imposição ética, passando a consubstanciar a exigência de qualquer política econômica capitalista”. GRAU. Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 11. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

45 LIMA, Clarissa Costa de. **O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 49-50.

No que concerne ao dever de informação e transparência, convém destacar que a análise e interpretação dos dados fornecidos pelas instituições financeiras depende do grau de discernimento e da capacidade de compreensão dos consumidores, critérios muito subjetivos que se relacionam aos aspectos culturais e ao nível de escolaridade de cada consumidor, não podendo se comportar como um caráter geral e abstrato que o tema requer. Desta forma, nasce para o fornecedor de crédito o dever de informar e de aconselhar o tomador de crédito, sob risco de responder civilmente pelos riscos inerentes ao produto defeituoso, já que não informou, como deveria aos olhos da nova sistemática do Direito Privado, o consumidor dos riscos inerentes ao serviço oferecido.⁴⁶ Isto porque a informação clara e objetiva permite que o consumidor reflita sobre os riscos de sua decisão, mitigando as chances de insurgir entre os superendividados. Fica então evidente que o fornecedor que concede crédito sem se verificar a devida capacidade de pagamento do tomador se desvia das finalidades sociais do contrato,⁴⁷ caracterizando má-fé, abuso de direito e por consequência em ato ilícito, nascendo para este o dever de indenizar pelos danos que causar, nos termos do art. 14⁴⁸ do Código de Defesa do Consumidor.

2.2 O superendividamento, uma realidade internacional – o consumo conspícuo como fator desencadeador

O superendividamento pode ser observado em todo o mundo, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, Portugal ou na França. Mas por qual razão o superendividamento se faz presente em países de realidades sociais e econômicas tão distintas? A resposta pode ser encontrada no fato da existência do próprio crédito, pois sem ele não poderia haver endividamento ou superendividamento, todavia esta não é a única resposta ao problema; historicamente se tem que o maior endividamento da população se deu em períodos de maior crescimento econômico e de abundância na oferta de crédito.⁴⁹

46 CARPENA, Heloisa. **Uma lei para consumidores superendividados**. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 61, p. 76, jan. 2007.

47 *Ibid.*, p. 81.

48 BRASIL, Código de Defesa do Consumidor: Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido.

49 MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais**. Publicado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 18 de março de

Desta forma, pode-se afirmar que os muitos caminhos que conduzem ao superendividamento, está o excesso e a baixa qualidade do crédito,⁵⁰ que se pode ser resumido na concessão irresponsável, sem se atentar para a real capacidade de pagamento do tomador. Outra resposta pode ser encontrada na forma como o consumo tem se desenhado na atualidade: os consumidores, seduzidos pelos apelos das campanhas de *marketing* tendem a consumir de forma impulsiva, subestimando os riscos inerentes aos contratos de crédito experimentando, no mais das vezes, sério comprometimento no orçamento familiar. Tais campanhas relacionam o ato de consumir a aquisição ou manutenção de *status* social.

Jean Baudrillard (1970)⁵¹ descreve a estratégia pela qual as campanhas publicitárias⁵² se valem para provocar desejo de consumo nos consumidores. Segundo sua teoria, os produtos se tornam verdadeiros símbolos de cobiça porque são anunciados ao meio de abundância e felicidade, são oferecidos num simulacro que encanta, capaz de associar os objetos ao significado de poder, encobrindo-se seu real significado, que na maioria das vezes não se diferencia dos demais do mercado e por vezes, se mostra inútil às necessidades dos consumidores.

Thorstein Veblen (2009), economista e sociólogo americano, em uma de suas obras mais famosas intitulada de *The Theory of the Leisure Class*⁵³ explica a necessidade social do

2017 no endereço: <http://hdl.handle.net/10316.2/25251>. Acesso em 19 de março de 2013. “Esta situação, relativamente mais confortável torna-se, aliás, compreensível, considerando que a expansão do crédito é recente e tem ocorrido num ambiente econômico favorável, onde se combinam o crescimento continuado dos salários reais com a descida continuada da taxa de juro”. FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. Estud. av. [online]. 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200011>. Assim, ao longo dos períodos de expectativas otimistas, os bancos pressionados pela concorrência concedem crédito sem exigir garantias seguras, enquanto os devedores pagam seus débitos pela emissão de novas dívidas. A expansão do endividamento se faz então como riscos subestimados.

50 Habilidade que tem uma contraparte de cumprir com suas obrigações. Leva em consideração a probabilidade de inadimplência da contraparte e a taxa de recuperação estimada do crédito. A determinação da qualidade de crédito de uma operação de securitização engloba, além da apreciação da carteira de ativos-lastro, a análise (i) dos terceiros envolvidos na prestação de serviços relacionados ao fluxo de caixa da carteira; (ii) dos reforços de crédito e de liquidez; e (iii) da solidez jurídica da operação. Definição encontrada no glossário da página Teixeira Fortes Advogados, disponível no endereço: <http://www.fortes.adv.br/ptbr/termo/glossario/500/qualidade-de-credito.aspx> acesso em 12 de novembro de 2016.

51 BAUDRILLARD, J. **La société de consommation: ses mythes, ses structures**. Paris: Denoël, 1970.

52 Por publicidade entende-se que é apenas uma das ações do marketing. Cf. THEOPHILO, Patrícia. **A vinculação contratual da publicidade no Código de Defesa do Consumidor**. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). Problemas de direito constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 359.

53 VELEN, Thorstein. **The Theory of the Leisure class**. Edição de BANTA, Martha. Oxford: Oxford University Press; Reissue edition, Julho de 2009.

ato de consumir. Veblen afirma que prestígio social está relacionado ao ato de replicar o modo de vida da classe ociosa.⁵⁴ O ócio, segundo sua teoria, seria praticável pelos indivíduos capazes de se absterem do trabalho produtivo, de artífice, sendo a riqueza e o lazer, objetos primeiros da ostentação. A classe ociosa, numa interpretação mais aprofundada significaria uma instituição fundada na propriedade absenteísta, típicas das sociedades capitalistas contemporâneas onde um dono de um negócio não é exatamente quem cuida pessoalmente dele, mas quem aproveita, majoritariamente dos lucros inerentes à atividade desenvolvida.

A Teoria da Classe Ociosa vai além e chama atenção para o ato de emulação, um dos mais importantes focos de estudo de Veblen (2009), que diz respeito à necessidade dos indivíduos de se compararem uns com os outros invejosamente, ou melhor, se relaciona ao desejo das pessoas de serem reconhecidas como melhores que os outros indivíduos, neste ponto o consumo se destaca, posto que seria a demonstração de pertencimento à classe ociosa aos demais, a qual exibe um símbolo de poder, de capacidade de se dar ao luxo de usufruir do ócio conspícuo e de produtos desejados pelo grupo social. Cavalcante (2007) relaciona a teoria de Veblen aos dias atuais, em sua compreensão acredita que:

Demonstrar erudição e etiqueta demanda um tempo considerável de contato social, o que nem sempre é possível em sociedades mais modernas, de modo que o consumo conspícuo emerge como uma modalidade de emulação mais eficaz. Possuir bens como carros, roupas, objetos pessoais caros e de marcas famosas passam a ser uma forma eficaz de demonstrar riqueza⁵⁵.

Arremata Veblen (2007):

O único meio prático de impressionar esses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. (...) a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler.⁵⁶

54 “In the communities belonging to the higher barbarian culture there is a considerable differentiation of sub-classes within what may be comprehensively called the leisure class; and there is a corresponding differentiation of employments between these sub-classes. The leisure class as a whole comprises the noble and the priestly classes, together with much of their retinue. The occupations of the class are correspondingly diversified; but they have the common economic characteristic of being non-industrial. These non-industrial upper-class occupations may be roughly comprised under government, warfare, religious observances, and sports”. VEBLEN, Thorstein. **The Theory of the Leisure class**. P. 3. Edição de BANTA, Martha. Oxford: Oxford University Press; Reissue edition, Julho de 2009.

55 CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Análise Metodológica da Economia Institucional**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

56 VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultura, 1988, p. 42,43, apud CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Análise Metodológica da Economia Institucional**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

Partindo dos pressupostos da existência do ócio e do consumo conspícuo, Veblen (1988) divide as sociedades basicamente em dois tipos de classes: a dos trabalhadores, originalmente aqueles que exerciam atividades ligadas à subsistência do grupo e classes ociosas, ligadas à proeza, isto é, estes indivíduos se empenham em realizar algum feito à coletividade ou a si mesmo. A proeza, característica das atividades dignas, se desenvolvia na política, no exército, no clero e no esporte. Desta forma, o ócio conspícuo seria o tempo gasto com atividades não diretamente ligadas à subsistência do grupo.

A classe ociosa de Veblen (1988) exerce atividades que evidenciam sua posição honrosa justamente por não serem conexas à produção e por isso simbolizam o poder, seja ele político, bélico, ideológico ou religioso. Nesse sentido, a acumulação de bens e o consumo conspícuo é mais uma forma de reafirmar a posição honrosa e digna na sociedade, do que uma necessidade material de consumo.⁵⁷ Todavia, modernamente, não apenas a classe abastada seria conduzida ao consumo, as classes sociais menos privilegiadas tenderiam a repetir os mesmos atos de consumo, valendo-se do crédito bancário como meio de adentrar ao mercado de consumo.

Quando se analisa os bens de consumo adquiridos pelas sociedades ocidentais atuais, se verifica que sua maioria é constituído de bens nem sempre adequados com o padrão aquisitivo e às necessidades do consumidor, podendo encontrar carácter conspícuo no consumo. No tocante a esta matéria, cita-se as conclusões de Kerwin Charles⁵⁸ (2012) sobre a importância da aquisição de bens supérfluos pela população negra e hispânica norte-americana, que por serem discriminadas na sociedade americana, vêm a aquisição de produtos supérfluos como possibilidade de demonstrar *status* nas interações sociais, a ponto de depreender menor gasto do que indivíduos de etnias de pele “branca” no consumo de produtos e serviços relativos à saúde, alimentação e bem estar e a outros que não se associam diretamente à identidade pessoal do consumidor.

57 MONASTERIO, L. M. **Veblen e o comportamento humano: uma avaliação após um século de “a Teoria da Classe Ociosa”**. Cadernos IHU Ideias. Ano 3. N. 42. P 1-20. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2004.

58 CHARLES, K. K.; HURST, E; ROUSSANOV, N. **Conspicuous Consumption and Race**. Disponível em: <http://knowledge.wharton.uppen.edu/pappers/1353.pdf> acesso em 12 de setembro de 2016.

Heffetz⁵⁹ (2012) afirma que os indivíduos consomem produtos e serviços se espelhando nos atos dos demais, desta forma, quanto mais observável forem os atos comportamentais de consumo, maiores serão as probabilidades deste comportamento se tornar padrão em uma coletividade. Aqui as campanhas publicitárias possuem papel fundamental na propagação destes comportamentos, Heffetz, como se pode observar resgata as conclusões de Veblen no que concerne à necessidade de emulação e pertencimento social através do consumo conspícuo.

Cavallazi⁶⁰ (2006), fala sobre a existência de uma nova ética de consumo, segundo o autor as pessoas consomem produtos e serviços com a intenção suportar o *status* social atribuídas pelo produto ou marca ao invés da eficácia ou qualidade destes, haveria então uma busca desenfreada por ostentar posse, com a finalidade de que estas posses sejam capazes de atribuir pertencimento a uma classe social privilegiada, possível apenas porque toda a sociedade de consumo incorporou esta ética. Cavallazi (2006), vai além, afirma que por vezes o comprometimento orçamentário necessário a esta ostentação não deixa a salvo parcela necessária a aquisição de bens mínimos necessários a garantia da vida humana digna.

2.3 O superendividamento, uma realidade internacional – Crédito usado como complemento de renda

Contudo, o superendividamento não decorre unicamente da necessidade de ostentar padrão de consumo, correlacionado a este fato encontra-se presente, pelo menos na realidade brasileira, limites fortemente delineados pela baixa capacidade aquisitiva da população. Nesse cenário, o crédito bancário ganha destaque, porque é empregado como meio de superar a exígua capacidade financeira de grande fatia da população. Surge então uma relação muito próxima do brasileiro com o crédito bancário, que em não raras situações é utilizado não como forma de financiamento a longo prazo, mas como complemento à sua renda e potencializador de sua capacidade aquisitiva. Nesse sentido pontua André Perin Schmidt Neto:

59 HEFFETZ, O. **Conspicuous Consumption and Expenditure Visibility: Measurement and Application**. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1004543> Acesso em 11 de setembro de 2016.

60 CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **O perfil do superendividado: referências no Brasil**. In: MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.). **Direitos do Consumidor Endividado Superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006. p. 385.

Na sociedade moderna, é cada vez mais frequente o imediatismo e a irresponsabilidade quando se refere ao consumo de bens e de serviços. A concessão de crédito sem a verificação da capacidade de reembolso dos consumidores, aliada à criação de necessidades pelo marketing e pela publicidade, via meios de comunicação de massa, tem gerado com mais frequência a “falência” do consumidor.⁶¹

Por fim, pode-se afirmar que o crédito é empregado pelas pessoas em todo o mundo por dois motivos principais, quais sejam: para consumir imediatamente produtos que só poderiam consumir com o hábito de poupança ou, para manter um padrão de consumo criado pela necessidade de sentir-se pertencente à uma classe privilegiada, logo, o consumo tem dependência intrínseca ao mercado crédito, posto que possibilita consumir produtos e serviços que, a priori não poderiam serem consumidos, ocorre que, por vezes esta dependência e o apelo ao consumo podem condicionar os consumidores a uma situação de fragilidade social, de superendividamento.

2.4 A relação entre crédito e mercado de consumo no Brasil

A oferta de crédito direcionado ao consumo teve origem nos Estados Unidos em meados do século XIX, posteriormente expandiu-se para os demais países da Europa, só foi mais recentemente que este tipo de contrato chegou aos demais países do mundo, menos favorecidos economicamente.⁶² No que concerne ao Brasil, a oferta de crédito tornou-se mais expressiva a partir da estabilidade da moeda, ou seja, foi com o advento do Plano Real que o crédito se tornou um dos mecanismos de gestão do orçamento familiar.⁶³ Foi a conjuntura de um ambiente econômico mais estável que mudou o foco das instituições financeiras que antes se dedicavam exclusivamente aos depósitos à vista, como aplicações em cadernetas de poupança e pagamento de funcionalismo público, já que o ganho inflacionário do setor financeiro era obtido principalmente na circulação do dinheiro à vista; a estrutura operacional dos bancos estava montada para maximizar a captação de depósitos. Depois, com o controle inflacionário, a lucratividade dos bancos deixou de depender da captação de depósitos e passou a ser obtida do crescimento das operações de crédito.⁶⁴

61 NETO. André Perin Schmidt Neto. **Superendividamento do consumidor: Conceito, pressupostos e classificação**. Publicado em Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 26, p. 168.

62 Prefácio. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli (Coord.). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006.

63 Prefácio. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli (Coord.). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006.

64 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, **Superendividamento no Brasil**. Programa Estudo sobre o crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul. São Paulo, 2009. P. 5. Disponível em:

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), constatou que a estabilização de preços, com o Plano Real, trouxe modificações consideráveis ao sistema financeiro brasileiro, uma vez que, com a estabilização da economia, todas as instituições deixaram de obter lucros justamente com a inflação, tão comuns em outrora.

O crédito a pessoas físicas, revelou-se importante suporte para sustentação do nível da atividade econômica, dinamizando a demanda interna via ampliação do consumo das famílias. As linhas de crédito disponíveis no mercado para aquisição dos bens são abundantes, porém, não necessariamente vantajosas para quem pretende utilizá-las.⁶⁵

Conclui-se então que o crédito ao consumo, apesar de ser extremamente perigoso, ao passo que conduz muitos de seus tomadores à pobreza, pode significar também desenvolvimento econômico, uma vez que se controlado e limitado, pode proporcionar acesso dos mais carentes a bens e serviços de consumo que jamais teriam acesso. Consequentemente, pode o crédito assumir um papel de inclusão social, característica que, ao nosso sentir, apenas pode ser assumida na presença de normas rígidas e eficazes:

(...) é inegável que o crédito permite resolver o problema de acesso de muitas famílias a bens que são indicadores de qualidade de vida e até mesmo indispensáveis ao bem-estar mínimo das famílias. Não há economista no mundo que duvide da importância do crédito para gerar crescimento, pois ao propiciar o aumento do consumo, obriga as empresas a produzir em maior escala e a empregar mais, aumentando o poder de compra da população, com melhora no seu nível de vida e assim por diante.⁶⁶

Nesse sentido, merece frisar que o endividamento é um fato próprio da vida em sociedade, sobretudo no que concerne aos modelos atuais da dita sociedade de consumo. Onde os consumidores, para consumir produtos e serviços, essenciais ou não, acabam

http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

65 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, **Superendividamento no Brasil**. Programa Estudo sobre o crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul. São Paulo, 2009. P. 5. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

66 MARQUES, Cláudia Lima. **Sugestões para uma Lei sobre o Tratamento do Superendividamento de Pessoas Físicas em Contratos de Consumo**: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. In: Marques, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.). **Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito**. P. 9, São Paulo: RT, 2006.

endividando-se e é diante desse cenário que se pode afirmar que a economia de mercado da atualidade é também uma economia de endividamento.⁶⁷

Neste passo, interessante ventilar entendimento de José Reinaldo de Lima Lopes:

A chamada sociedade de consumo é uma sociedade de massas e de classes: suas relações definem-se pelo mercado, que ao mesmo tempo permite interações anônimas e despersonalizadas entre um grande número de pessoas (por isso sociedade de massas) e determinadas pela sua posição respectiva no processo produtivo (na apropriação dos benefícios da vida social, por isso sociedade de classes). O crédito ao consumo é um estímulo ao consumo, é um elemento de dinamização da produção capitalista. Pressupõe um movimento perpétuo, jogando para o futuro uma perspectiva de incessante crescimento e desenvolvimento. (...) Crédito ao consumo é um sistema de financiamento, por meio de crédito direto concedido pelo comerciante, mas, sobretudo, por financeiras, bancos e cartões de crédito. Em todos os casos, o consumidor tende a transformar-se no cliente, que mantém relações continuadas, permanentes muitas vezes.⁶⁸

Conclui-se então que apesar de o endividamento ter-se tornado um fator importante da atividade econômica nacional, uma vez que funciona como meio de financiamento; não há como deixar de evidenciar o fato de que os consumidores acabam se endividando para consumir produtos nem sempre essenciais,⁶⁹ que são adquiridos, em sua maioria, a prazo e em muitas prestações o que favorece e torna mais fácil o processo de endividamento exagerado. Isto porque o simples fato de possibilitar o deslocamento do adimplemento contratual para o futuro, com respectivo fracionamento no tempo, induz ao consentimento precipitado, fator importante na fase pré-contratual, situação que, invariavelmente contribui para o consumo

67 MARQUES, Cláudia Lima Marques. **Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul.** In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Org.). *Direito do consumidor endividado: superendividamento e crédito.* São Paulo: RT, 2006, p. 256.

LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes. **Crédito ao consumo e superendividamento: Uma problemática geral.** *Revista de Informação Legislativa.* Brasília: a. 33, n. 129, p. 109-115, jan./mar., 1996, p. 109-110.

69 HESKETH, José Luiz; COSTA, Maria T. P. **Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho.** Departamento de Psicologia, Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v20n3/v20n3a05> Acesso em 22 de setembro de 2016. (Teoria de Maslow).

irrefletido, que nem sempre reflete a capacidade financeira destes consumidores⁷⁰ concorda Lopes afirmando que:

(...) nas sociedades de classes e especialmente pobres como o Brasil, duas espécies de consumidores: os privilegiados e os desfavorecidos (ou hipossuficientes, como diz o art. 6.º, VIII, CDC (LGL 1990\40). Os primeiros têm acesso mais fácil a créditos e bens, embora sujeitos a práticas restritivas e ilícitas também. (...). Os bancos oferecem seus produtos (crédito) como um sonho, vendendo-os como qualquer produto na forma da propaganda, em horários nobres da televisão, do rádio, dos jornais. Mesmo sendo privilegiados, estes consumidores sofrem da vulnerabilidade dos consumidores em geral - técnica, jurídica, às vezes fática. Os segundos, os consumidores desfavorecidos, são os pobres. Os pobres estimulados ao consumo, seja supérfluo, seja necessário. O consumo necessário destas classes subalternas atinge coisas banais na vida urbana, como, por exemplo, eletrodomésticos dos mais simples. Mas os mais simples dos eletrodomésticos são-lhes inacessíveis, se não lhes for concedido crédito.⁷¹

Tese que resta corroborada pelo expressivo número de cidadãos que buscam guarida junto ao judiciário, por meio de propositura de ação revisional com objetivo de limitar a cobrança de juros ao índice de 12% prevista no texto constitucional⁷² antes da modificação realizada pela Emenda Constitucional nº. 40 de 2003. Isto porque as renegociações dos saldos devedores, a título de novação contratual, são realizadas, ainda nos dias atuais, de forma predominantemente unilateral pelas instituições financeiras que, em não raras situações fazem constar cláusulas de juros remuneratórios abusivos e em descompasso com o melhor entendimento das garantias do consumo e até mesmo constitucionais.⁷³

Assim, embora a concessão creditícia se apresente como propulsora do processo capitalista, já que se presta como ferramenta de financiamento da atividade econômica, de outro lado funciona como meio de práticas abusivas pelos fornecedores. Situação que viola os princípios basilares do Código de Defesa do Consumidor e de suas normas que se destinam ao reequilíbrio contratual.

70 CARPENA, Heloísa; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Superendividamento: proposta para um estudo empírico e perspectiva de regulação**. In: MARQUES; CAVALLAZZI (Org.), 2006, p. 328.

71 LOPES, Raimundo de Lima. **Crédito ao consumidor e superendividamento – Uma problemática geral**. Publicado em *Revista de Direito do Consumidor*. v. 17. p. 57 – Janeiro de 1996.

72 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 192. Brasília, DF, 1988.

73 BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz; LIMA, Clarissa Costa de. Adesão ao projeto Conciliar é Legal – CNJ: Projeto-piloto. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 16/63, jul.-set., 2007, p. 177.

Pode-se então sintetizar afirmando que a democratização do mercado do crédito no Brasil, iniciado com o advento do Plano Real, desencadeou uma multiplicação do número de contratação das operações de crédito no país, todavia, por outro lado, houve também um incremento no número de consumidores superendividados, que cada vez mais não conseguem pagar suas dívidas atuais e futuras valendo-se apenas de seus rendimentos e patrimônio, necessário então se faz comprovar a existência do superendividamento no Brasil, bem como avaliar as propostas de solução a este problema jurídico-social, questões que terão lugar no próximo capítulo deste trabalho.

3. CAPÍTULO II – O SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL E OS PRINCIPAIS MODELOS DE REGULAÇÃO EXISTENTES NA ATUALIDADE

A confirmação de que as situações do superendividamento tem se multiplicado com o decorrer dos anos levou alguns países a adotar medidas de preservação do mercado de consumo de crédito e da recuperação da saúde econômica dos consumidores superendividados; a atuação das autoridades nacionais tem-se realizado considerando o problema do superendividamento mais como um fato social do que jurídico ou econômico, desta forma as soluções extrajudiciais revelaram ser mais efetivas do que os modelos jurisdicionais tradicionais, que ficaram restritos à *última ratio*. Assim, a eficácia do tratamento do superendividamento tem se sustentado no tripé: i) observação e caracterização do superendividamento; ii) preservação e recuperação dos consumidores superendividados e iii) constante avaliação e desenvolvimento de instrumentos adotados em sua caracterização, prevenção e recuperação do superendividamento.

3.1 Dados do (super) endividamento no Brasil

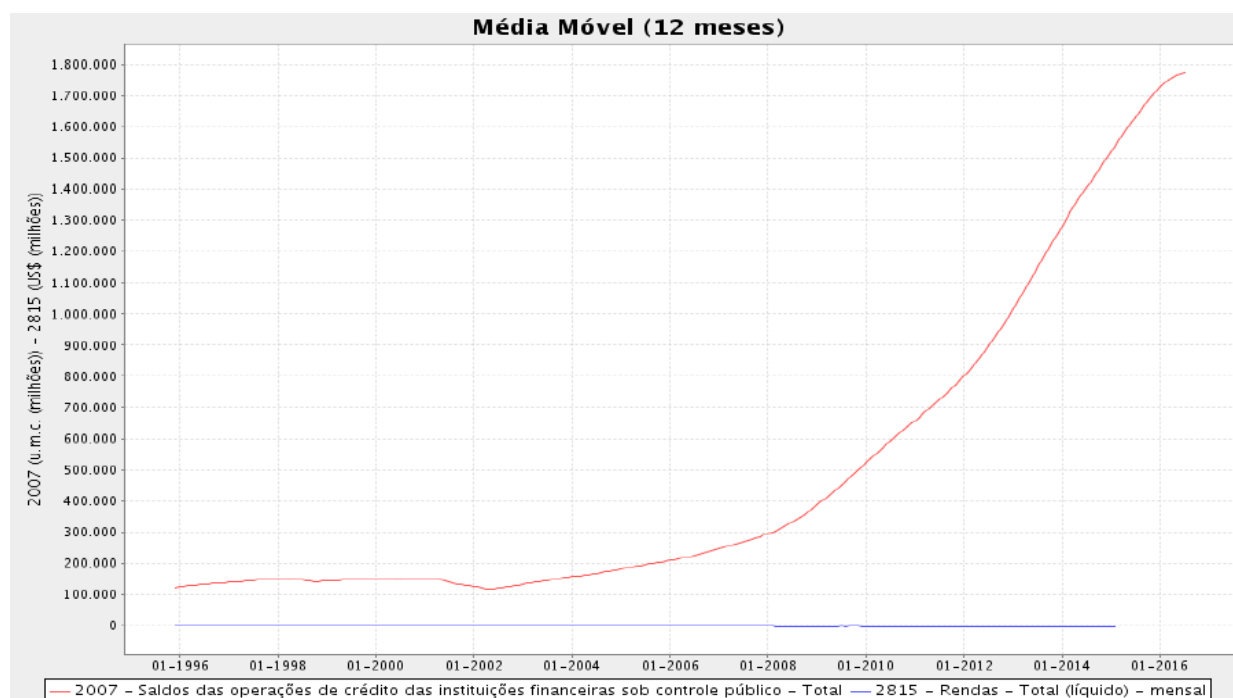
Segundo lições de Antônio Herman Benjamin (1994),⁷⁴ os países em desenvolvimento e de renda média, como o Brasil, historicamente sofrem da baixa disponibilidade de crédito, problema este que é anterior ao afeto à sua qualidade.⁷⁵ No Brasil, segundo se pode observar do gráfico 1 que a disponibilidade do crédito avançou exponencialmente nos últimos anos, consequentemente, cresceu também o endividamento das famílias brasileiras uma vez que a renda nacional média não experimentou nem 10% a mesma velocidade de desenvolvimento.

Uma interpretação mais profunda do gráfico 1 é capaz de revelar ainda, que o problema da disponibilidade de crédito no país parece estar superado uma vez que houve crescimento do número de operações de crédito. No entanto, os números revelam também o descompasso da evolução do crédito e da renda futura do brasileiro. Este hiato indica que a renda poderá não ser suficiente para garantir o cumprimento das obrigações creditícias; consequentemente, espera-se um incremento nos casos de inadimplência e de superendividamento se mudanças não forem implementadas a tempo. Contudo, merece destacar que o gráfico não anuncia quais modalidades de crédito estão sendo contabilizadas e nem as taxas de remuneração destes contratos, o que estaria afeto à qualidade do crédito oferecido no mercado de consumo. Desta forma a análise deste gráfico se mostra insuficiente

74 BENJAMIN, 1994 *apud* LOPES, José Reinaldo. **Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral**. Revista de informação legislativa. Vol. 33. N. 129. P. 109-115. Jan. – Mar, 1996. P. 110.

para comprovar agudização do superendividamento no Brasil, sendo necessário analisar dados afetos à qualidade do crédito que será apresentado no gráfico 3.

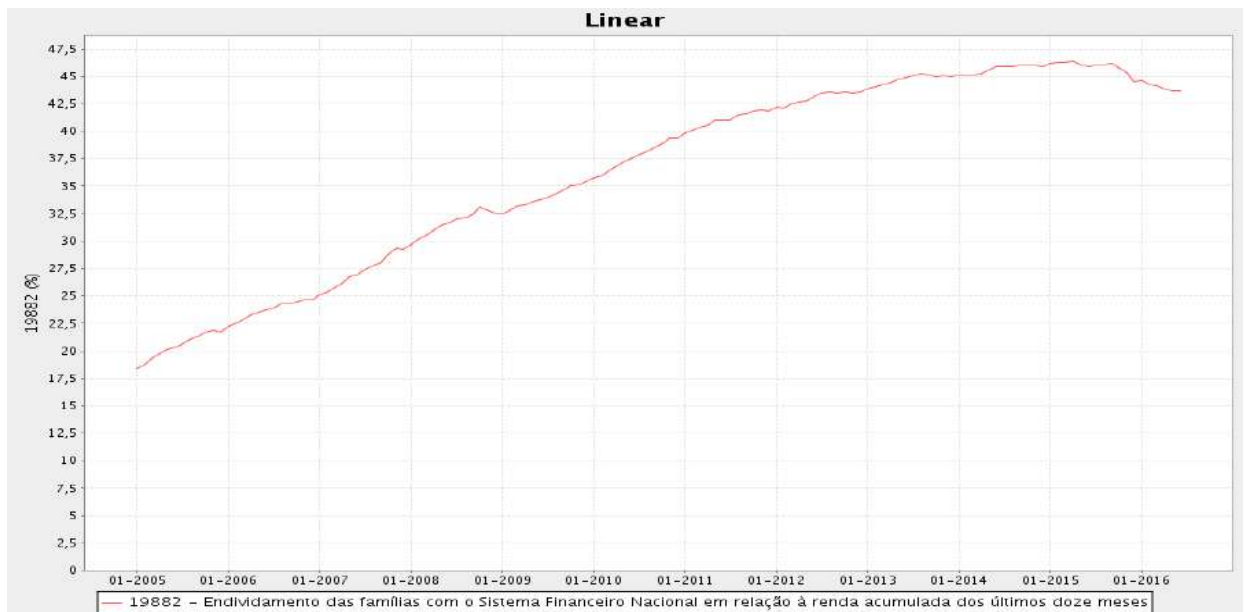
Gráfico 1: Relação entre as operações de crédito e a evolução da renda líquida média no país⁷⁶.



O gráfico 2, revela mais uma vez o crescimento do endividamento das famílias brasileiras entre o período de janeiro de 2005 a junho de 2016. Diferentemente do gráfico 1 que faria em função da renda líquida mensal, o gráfico 2 varia em função da renda acumulada no mesmo período, considerando os efeitos corrosivos da inflação. Destes números se pode concluir que houve um aumento de endividamento superior a renda em mais de 20% nos últimos dez anos. Mais uma vez o gráfico não destaca quais modalidades de crédito estão sendo contabilizados, mas chama atenção a expressividade do crescimento dos números. Desta forma, os gráficos 1 e 2 são complementares para se comprovar que no Brasil o mercado de crédito apresenta uma constante de crescimento, superiores ao crescimento da renda e da inflação acumulada no mesmo período.

76 Todos os gráficos e todas as tabelas disponíveis neste trabalho foram elaboradas pelo autor. O gráfico 1 refere-se ao período de 01/01/1996 a 31/01/2016, conforme último relatório disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> acesso em 14 de setembro de 2016.

Gráfico 2: Nível de endividamento das famílias brasileiras.⁷⁷



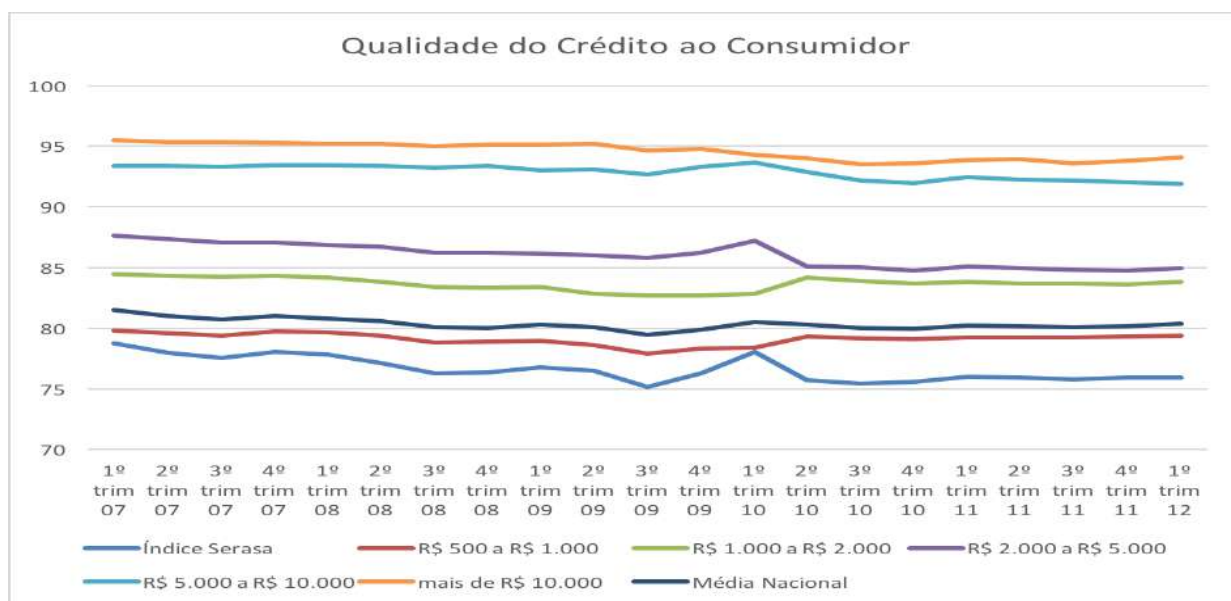
Em suma, pode-se afirmar que o abismo existente entre os números da contratação do crédito e da evolução da renda é traduzida pelo maior endividamento das famílias. Estes números ajudam na compreensão do superendividamento, mas são insuficientes para comprovar a existência do fenômeno no Brasil. Nesse sentido, se faz necessário avaliar o grau de sacrifício que os consumidores têm sofrido no pagamento destas dívidas, com este objetivo se passa a avaliar os números da qualidade do crédito medido pelo grupo Serasa Experian; índice este que calcula a possibilidade das pessoas de honrarem seus compromissos de crédito. O índice em comento varia de 0 a 100, quanto mais alta a nota, menor é a probabilidade de inadimplência. Em outras palavras, a maior dificuldade para se manter adimplente revela a baixa qualidade do crédito tomado, seja por conta das altas taxas, seja por conta da baixa disponibilidade, seja pelos riscos dos negócios, ou mesmo por todos os fatores combinados.

O último relatório deste estudo contempla o período do primeiro semestre de 2007 ao primeiro semestre de 2012, dados que serão apresentados ao leitor no gráfico 3, do qual se pode perceber que a qualidade de crédito varia conforme a renda. Ou seja: rendas mais altas

⁷⁷ Gráfico 2: Período compreendido entre janeiro de 2005 a janeiro de 2016, conforme último relatório divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Sistema Gerenciador de Séries Temporais, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=trocarGrafico> acesso em 16 de setembro de 2016.

têm acesso a créditos de melhor qualidade, ao passo que rendas mais modestas apenas têm acesso a crédito de pior qualidade, conseqüentemente mais caros, por este motivo estariam estes consumidores mais propícios ao fenômeno do superendividamento. Merece deixar claro que o custo do crédito está diretamente ligado a dois fatores interconectados: risco de inadimplência do tomador e risco assumido pelo emprestador de não receber seu crédito na forma conveniada.

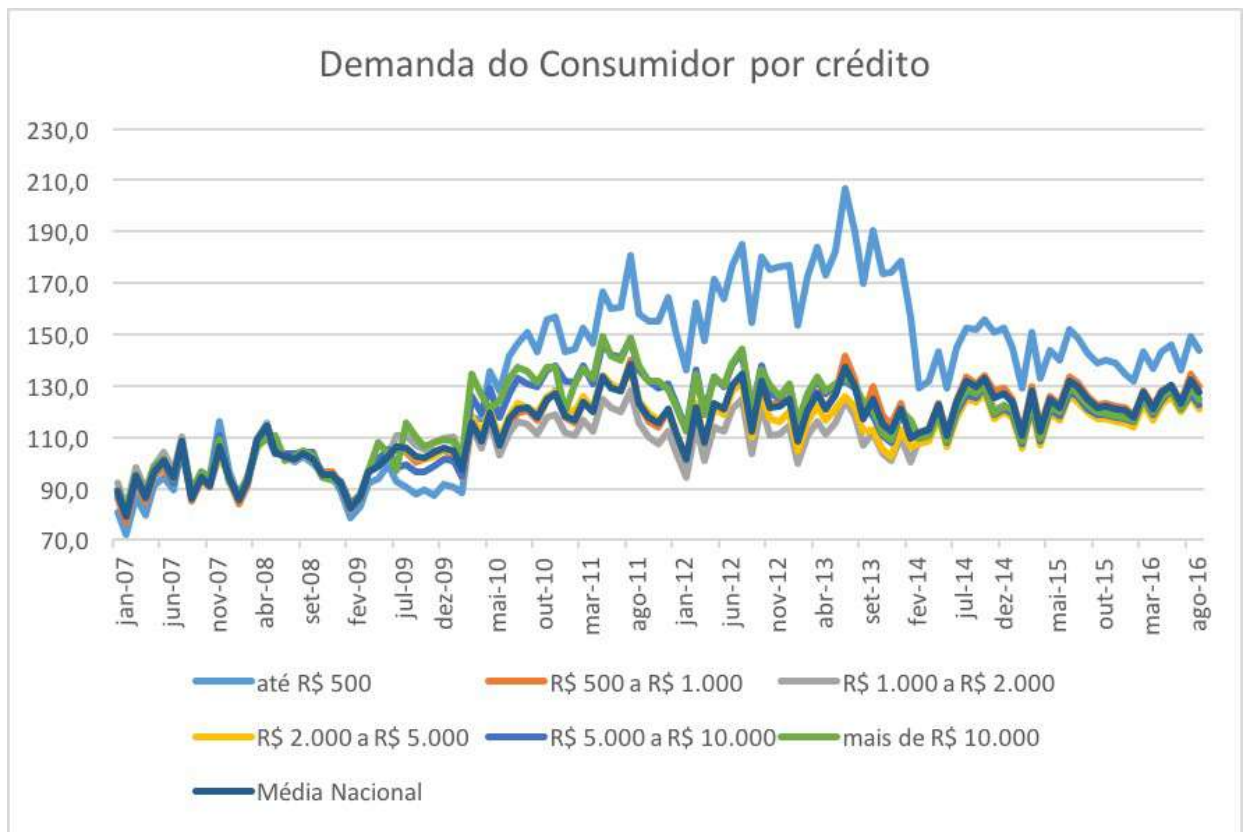
Gráfico 3: Qualidade do crédito.⁷⁸



O gráfico 4 divulga que o crédito no Brasil é majoritariamente de baixa qualidade, porque sua clientela é composta majoritariamente de pessoas que reúnem baixa disponibilidade de renda líquida disponível para adimplir os contratos firmados, ao mesmo tempo que são aquelas que se obrigam a taxas mais altas de remuneração do crédito tomado. Em outras palavras, o crédito nacional se revela uma operação de alto risco por vários fatores econômicos e sociais; desta forma a contenção do endividamento excessivo não poderia prescindir de uma educação financeira aprimorada, com objetivo de baixar o risco do crédito no país.

⁷⁸ Período compreendido entre o primeiro trimestre de 2007 ao terceiro de 2012, conforme último relatório divulgado pelo Grupo Serasa Experian do Brasil, dados públicos e disponíveis no endereço da web: https://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid_cred_consumidor.htm acesso em 16 de setembro de 2016.

Gráfico 4: Demanda do crédito pela renda do tomador.⁷⁹



Do apresentado, se pôde concluir que houve no Brasil um aumento exponencial da demanda por crédito por todos estratos da sociedade brasileira, em especial da população de menor poder aquisitivo, tanto que foi o setor da economia com as maiores taxas de crescimento⁸⁰, houve também expressivo comprometimento de renda com estes contratos de crédito e a tendência é que o endividamento tende a manter o crescimento de outrora, apesar se poder observar no gráfico 2 uma sensível queda, que, ao nosso sentir se deve a menor disponibilidade, momentânea, de crédito diante das incertezas econômicas da atual conjuntura.⁸¹ Se pôde perceber também que a população está com dificuldade de manter suas

79 Período compreendido entre janeiro de 2007 a agosto de 2016, conforme último relatório divulgado pelo Grupo Serasa Experian do Brasil, dados públicos e disponíveis no endereço da web: <http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/demanda-do-consumidor-por-credito/> acesso em 16 de setembro de 2016.

80 O setor financeiro nacional experimentou crescimento de 9,2% no ano de 2008, a título de comparação, ventila-se que o setor do agronegócio cresceu 2,1%, os serviços 4,6% e a indústria 3,0%. In.: MARQUES, Cláudia. Brasília: Ministério da Justiça, DPDC/SDE, 2010. P. 17.

81 Portal de notícias G1: **Crédito bancário recua pelo 5º mês seguido, informa Banco Central**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/credito-bancario-recua-pelo-5-mes-seguido-em-outubro-revela-bc.html> Acesso em 25 de novembro de 2016.

dívidas em dia, o que restou comprovado na perda da qualidade de crédito no país, o que propicia o crescimento dos casos de superendividamento.

3.2 Modelos de regulamentação do superendividamento (Europeu e americano)

Uma vez comprovado o fenômeno do superendividamento no Brasil, se faz necessário avaliar modelos de controle deste fenômeno hoje aplicados no mundo, isto porque, como já foi afirmado o superendividamento já recebeu tratamento em alguns países ao redor do globo, a título exemplificativo temos a França, os Estados Unidos, a Finlândia, a Bélgica e outros.⁸² Contudo, a doutrina referenciar apenas a dois modelos de tratamento, apesar do fato de que não se pode falar de sistemas inteiramente puros, porque todos os sistemas já sofreram modificações com o objetivo de se tornarem mais efetivos. Em apertada síntese afirma-se que há o sistema da *Fresh Start Policy*,⁸³ comumente denominado de sistema americano e há o sistema pautado na reeducação do consumidor, adotado pelos europeus, de matriz essencialmente francesa.

3.2.1 Superendividamento na França – Modelo europeu

Historicamente a França iniciou a discussão sobre o superendividamento após as décadas de 1970 e 1980, período em que a economia nacional disponibilizou crédito em abundância aos consumidores em razão da alta inflacionária. Contudo, no final da década de 1980 o país experimentou severa recessão econômica atrelada a fatores sociais como desemprego e ampliação do número de divórcios, situação que culminou no expressivo número de 200 mil famílias superendividadas, motivo que conduziu o país a editar um modelo de proteção a estes consumidores.⁸⁴

O primeiro tratamento legal inaugurado pelo país ao problema do superendividamento remonta a primeiro de março de 1990, com a entrada em vigor da *Lei Neiertz*.⁸⁵ A legislação em comento se dedicou à abordagem dos problemas sociais decorrentes do endividamento

82 SCHMIDT NETO, André Perin. **Revisão dos contratos com base no superendividamento: do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 218, 219.

83 Denominação atribuída pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1934 no julgamento do caso: Local Loan CO x Hunt.

84 PAISANT, Giles. **El tratamiento del sobreendeudamiento de los consumidores em derecho francés**. RDC. Vol. 11. N. 42. 2002. P. 624.

85 República Francesa, Lei n. 89.1010/1990.

excessivo relativa a capacidade das famílias de pagarem suas dívidas; independentemente de esta situação resultar de um empréstimo excessivo ou inapropriado a sua capacidade financeira. Desconsiderou também as causas de comprometido da renda familiar em virtude de acontecimentos imprevisíveis, como: desemprego, doença, invalidez ou divórcio, motivo pelo qual passou por reformas no decorrer do tempo.⁸⁶ O modelo utilizado na França do tratamento do superendividamento e que posteriormente foi adotado em outros países da Europa, se baseia na necessidade da reeducação do consumidor, este tido como pessoa responsável pelos seus atos e que em algum momento de sua vida financeira falhou e necessita ser reeducado.⁸⁷ O modelo francês atenua a responsabilidade dos demais agentes econômicos, como o Estado e os fornecedores do crédito e confere auxílio apenas aos superendividados passivos, por meio de um plano de pagamento facilitado do saldo da dívida à longo prazo com os credores.⁸⁸

O combate ao superendividamento na França possui inegável caráter social e conservador; o crédito é tido como uma situação anormal e que precisa ser visto com cautela pela sociedade, devendo ser mantido a qualquer custo com os menores níveis possíveis de risco. A este respeito, vale lembrar que a França é um país de tradição romana e católica, que historicamente condena o mercado de crédito com a usura.⁸⁹ Todavia, em 2003 uma nova Lei modificou o tratamento dado pelos franceses ao superendividamento, a Lei proveniente do Ministério da Cidade e Renovação Urbana inaugurou um procedimento denominado de “reestabelecimento pessoal” destinado aos casos mais graves do superendividamento, esta nova regulamentação contempla o consumidor que não possui nenhum recurso destinado ao abatimento do montante de sua dívida, o novo aparato legal confere então um perdão integral aos saldos eventualmente não pagos e permite ao devedor um novo começo. Às claras esta nova

86 Relatório sobre o combate do superendividamento francês, publicado pelo Banco Central Francês no endereço: https://www.banque-france.fr/fileadmin/user_upload/banque_de_france/Mission/Services_rendus/i134gb.pdf acesso em 15 de novembro de 2016.

87

88 SCHMIDT NETO, André Perin. **Revisão dos contratos com base no superendividamento: do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 262.

89 SANTO, Liliana Bastos Pereira. **Da concessão de crédito ao sobreendividamento dos consumidores**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6170089-Da-concessao-de-credito-ao-sobreendividamento-dos-consumidores.html>. Acesso em 02 de abril de 2017.

legislação sofreu inspiração do modelo americano que será apresentado ao leitor nas próximas páginas.⁹⁰

3.2.2 Superendividamento nos Estados Unidos da América – Modelo americano

Ao colocar o foco do estudo sobre a economia americana, necessário considerar que se trata do maior mercado de crédito do mundo, consequentemente, do país com maior percentual de endividamento de sua população. No ano de 2013, o Federal Reserve System (FED), banco central americano, divulgou o alarmante número de 11 trilhões de dólares como valor total da dívida das famílias americanas naquele ano.⁹¹ O processo de superendividamento nos Estados Unidos não se difere muito da realidade francesa ou brasileira, Michele Dickerson (2007) afirma que a origem do processo de superendividamento no país se deve aos baixos investimentos do setor público nos serviços públicos, na redução dos salários e ainda pela maior disponibilidade do crédito e pelo consumismo comumente atribuído como marca indelével do modo de vida daquela população.

Assim como os consumidores norte-americanos, os consumidores de todo o mundo rotineiramente gastam mais do que ganham a cada ano. Além disso, como os consumidores norte-americanos mais endividados, os consumidores brasileiros e outros países parecem estar irremediavelmente em dívidas constantes, isto porque eles estão tentando fazer frente as despesas ordinárias. Estudos empíricos realizados no Brasil parecem indicar que os mesmos fatores que causam pedidos de falência (*fresh restart*) nos Estados Unidos (débito médico, divórcio, perda de emprego) também são as causas mais comuns do endividamento nos EUA. Não se pode considerar a estagnação dos salários ou o declínio da renda das famílias que não mais conseguem manter o padrão de vida. Desta forma, por conta dos salários estagnados ou em declínio, muitos consumidores não conseguem pagar suas contas no final do mês e decidem usar o cartão de crédito para ajudar a fechar o hiato que existe entre o que ganham e o que precisam para pagar suas contas.⁹²

90 LIMA, Clarissa Costa de. **O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 89.

91 DICKERSON, A. Mechele. **Consumer Over-indebtedness: A US perspective**. University of Texas School of Law. Publicado em Texas International Law Journal, Vol. 43:135. October, 2, 2007. P.137.

92 Texto original: Like U.S. consumers, world-wide consumers routinely spend more than they earn each year. Also, like U.S. consumers, over-indebted consumers in Brazil and other countries appear to be hopelessly in debt because they are attempting to make ends meet. Empirical studies conducted in Brazil appear to indicate that the same factors that cause consumer bankruptcy filings in the United States (medical debt, divorce, loss of job) also are the most common causes of indebtedness and that stagnant or declining wages cause many middle and lower income Brazilians and Americans to borrow money not to over-consume, but just to keep up with the cost of

Contudo, cumpre destacar que na sociedade norte-americana o crédito sempre foi tido como elemento positivo e indispensável ao bom funcionamento da economia; a filosofia daquela sociedade afirma que qualquer pessoa tem o direito de recomeçar a vida, o que possibilitou que o fenômeno da insolvência jamais tivesse o mesmo estigma negativo que há nos países europeus.⁹³ Desta forma, o superendividamento e o desenvolvimento econômico são tidos como faces de uma mesma moeda, onde o risco do crédito é considerado e esperado pelos fornecedores.⁹⁴

Desta forma o sistema americano incluiu disposição no Código de Falências de forma a permitir a decretação da falência do consumidor, sendo capaz de conferir a estes um “imediato recomeço” (*fresh start*)⁹⁵ com a extinção de todos os débitos do devedor, possibilitando desta forma um recomeço dos consumidores superendividado na economia de mercado. Contudo, nos últimos anos este sistema passou por reformas no sentido de ampliar o grau de responsabilidade do tomador de crédito e de estabelecer créditos que não poderiam ser alcançados por esta política do perdão da dívida. Objetivando desta forma proporcionar uma reeducação do mercado de consumo, se assemelhando ao ideal do modelo europeu, vejamos:

O uso indevido da Lei de Prevenção a Falência e de Proteção aos Consumidores (BAPCPA), promulgada pelo Congresso dos EUA em 2005, alterou significativamente o Código de Falências dos EUA e que mudou as políticas direito do consumidor nos EUA, aproximou-se do conceito europeu de combate ao superendividamento. Ao que parece, o sistema europeu foi projetado para com a intenção de dar aos consumidores um incentivo para modificar seus hábitos de consumo e de fazer escolhas mais sábias de gastos, mas também para forçá-los a viver as consequências económicas de suas

living. Similarly, because of stagnant or declining wages, many consumers find themselves unable to pay their bills each month and they decide to use credit cards to help close the gap between what they earn and what they need to pay their bills. DICKERSON, A. Mechele. **Consumer Over-indebtedness: A US perspective.** University of Texas School of Law. Publicado em Texas International Law Jornal, Vol. 43:135. October, 2, 2007. P.149.

93 SANTO, Liliana Bastos Pereira. **Da concessão de crédito ao sobreendividamento dos consumidores.** (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6170089-Da-concessao-de-credito-ao-sobreendividamento-dos-consumidores.html>. Acesso em 02 de abril de 2017. p. 89.

94 SCHMIDT NETO, André Perin. **Revisão dos contratos com base no superendividamento: do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil.** Curitiba: Juruá, 2012. p. 263.

95 DICKERSON, A. Mechele. **Consumer Over-indebtedness: A US perspective.** University of Texas School of Law. Publicado em Texas International Law Jornal, Vol. 43:135. October, 2, 2007. P.143: “ (...) *the fresh start policy gives the honest but unfortunate debtor who surrenders for distribution the property which he owns at the time of bankrupt, a new opportunity in life and a clear field for future effort, unhampered by the pressure and discouragement of pre-existing debt*”.

escolhas. Provavelmente o Congresso parecia acreditar que versões anteriores das leis de insolvência dos consumidores norte-americanos eram demasiado permissivo, fato que permitiu muitas pessoas liberar-se de dívidas que poderiam ter sido devidamente pagas. O BAPCPA foi projetado para tornar mais difícil para o processo de falência do consumidor, evitando, desta forma o sobreendividamento. Ao invés de usar as leis de para prestar socorro abrangente para mais consumidores superendividados, o Congresso americano tentou implementar um dever moral para gastos excessivos assumidos pela população.⁹⁶

Entre as modificações cita-se o estabelecimento de normas de dificultam a aplicação do “*fresh start policy*”. Após as mudanças para ser beneficiário o requerente deve se submeter a análise de sua vida financeira, na prática, tem-se que os cidadãos que percebem remuneração abaixo da média de seu Estado de residência têm acesso à política de falência pessoal; os cidadãos que por ventura possuem renda acima da média, devem se submeter a um estudo contábil de forma a se estabelecer o alcance da decretação de sua falência.

3.3 A exclusão social do superendividado ao mercado de consumo – morte do *homo economicus*⁹⁷ e a ausência de tratamento legal ao superendividamento no Brasil

A atual crise do superendividamento do consumidor no Brasil resulta em sua total exclusão do mercado de consumo e desta forma, considerando a centralidade do consumo ventilado pela doutrina de Veblen, se tem sua exclusão da sociedade. Isto porque o saldo das dívidas destes consumidores tende a perpetuar as restrições ao mercado de crédito, fator que

96 . DICKERSON, A. Mechele. **Consumer Over-indebtedness: A US perspective**. University of Texas School of Law. Publicado em Texas International Law Jornal, Vol. 43:135. October, 2, 2007. P.149. Texto original: The Bankruptcy Abuse Prevention and Consumer Protection Act (BAPCPA), enacted by the U.S. Congress in 2005, significantly changed the U.S. Bankruptcy Code and moved U.S. consumer law policies closer philosophically to the European concept of an —earnedl rather than —freshl start.European consumer debt adjustment systems appear to be designed to give consumers an incentive to modify their spending habits and to make wiser spending choices, but also to force them to live with the economic consequences of unwise choices. Many in Congress seemed to believe that earlier versions of the U.S. consumer insolvency laws were too lax and allowed too many people to discharge debts they could afford to repay. BAPCPA was designed to make it harder for people to file for bankruptcy and to give consumers an incentive to avoid over-indebtedness. Rather than use bankruptcy laws to provide comprehensive relief to over-indebted consumers, the U.S. Congress wanted consumers to understand that they have a moral duty to make responsible spending decisions and to at least attempt to repay their debts.

97 Para Marques (2010) o consumidor superendividado encontra-se socialmente excluído, pois, além da impossibilidade financeira de assumir novas dívidas e, consequentemente de participar das atividades socialmente impostas, o sentimento de derrota e de incapacidade de gerir sua vida econômica, em muitas das vezes o induz ao isolamento. Portanto, o superendividamento leva a uma modificação circunstancial das relações sociais dos indivíduos. Nas palavras de Cláudia Lima Marques: “Conforme explicado anteriormente, o superendividamento é uma crise de solvência e de liquidez do consumidor (com reflexos em todo o seu grupo familiar), crise que facilmente resulta em sua exclusão total do mercado de consumo, comparável a uma nova espécie de “morte civile”: a “morte do homo economicus”. Prevenir tal efeito negativo da sociedade de consumo atual e do acesso ao crédito é o melhor dos caminhos”. MARQUES, Claudia Lima. Comentários ao CDC. 2ed ver atual e ampl São Paulo: RT, 2006. p. 25.

impossibilita a figuração do negativado ao atual mercado de consumo, cada vez mais dependente dos meios eletrônicos de pagamento e do crédito. A este respeito cabe menção que o mercado de consumo atual se figura cada vez mais na seara dos meios eletrônicos dos aplicativos de *smartphones* e nos *sites* da *internet*, onde o fornecimento de um número de cartão de crédito com limite disponível tem a mesma importância que os direitos de personalidade tiveram no mercado tradicional em outrora. Desta forma, aqueles que hoje não dispõem de um cartão de crédito muito se assemelha àqueles que não tiveram a liberdade reconhecida no passado, motivo pelo qual não podiam consumir, padecendo à margem da sociedade.

Hodiernamente acontece o mesmo, os indivíduos apartados do mercado de crédito não existem para o novo mercado inaugurado pela rede mundial de computadores, não consomem e nem compartilham a maioria dos produtos e serviços ali ofertados; o prejuízo, embora menor também é sentido diante do mercado tradicional das lojas físicas, cada vez mais restrito às modalidades próprias de crédito. Esta situação é tão gravosa que Marques (2010) em um estudo feito ao Ministério da Justiça afirma que a situação do superendividado se assemelha à morte civil do devedor, vejamos:

Consumo é igualdade, é ser cidadão-econômico ativo, é aproveitar as benesses do mercado liberal e globalizado. Consumo é inclusão na sociedade, nos desejos e benesses do mercado atual. Em outras palavras, consumo é para as pessoas físicas a realização plena de sua liberdade e dignidade, no que podemos chamar de verdadeira “cidadania econômico-social”.⁹⁸

Desta forma, não é exagero dizer que a proteção e recuperação do consumidor superendividado passa a ser uma obrigação do Estado, uma vez que, segundo o art. 3º da Constituição da Republicana de 1988 se tem como objetivos fundamentais da República a: i) construção de uma sociedade livre, justa e solidária; ii) a garantia do desenvolvimento nacional; iii) a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais e por fim se tem a obrigação de promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.⁹⁹

98 BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team={B5920EBA-9DBE-46E9-985E-033900EB51EB}>. Acesso em 16 de fevereiro de 2013. (Caderno de Investigações Científicas - Volume 1. Prevenção e Tratamento do Superendividamento / Escola Nacional de Defesa do Consumidor; elaboração Professora Cláudia Lima Marques e juízas Clarissa Costa de Lima e Káren Bertoncello – Brasília: SDE/DPDC, 2010.) p. 24.

99 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 3º.

Isto porque, segundo Canotilho (2002) “a Constituição dirigente se volta à garantia do existente, aliada à instituição de um programa ou linha de direção para o futuro, sendo estas as suas duas finalidades”.¹⁰⁰ Logo, o combate à exclusão social e consequentemente contenção do superendividamento abraça todos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. A ausência de qualquer tratamento legal deste consumidor seria, consequentemente, uma inconstitucionalidade.¹⁰¹ Em outras palavras, a ausência legislativa do tratamento do superendividamento seria a chancela do Estado à exclusão social, situação inconcebível diante da atual ordem jurídica.

No entanto, na atual conjuntura o país não adota qualquer medida de recuperação dos consumidores superendividado, o que há são projetos pontuais de negociações direta entre devedores e credores que tiveram início no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul¹⁰² e na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;¹⁰³ também não se adota o instituto da insolvência civil¹⁰⁴ para situações afetas ao superendividamento, por ser inapropriado, conforme se verá no próximo capítulo. Por fim, conclui-se que a centralidade do consumo da atual sociedade expulsa os consumidores superendividado do âmago social, ceifa seus direitos personalíssimos ao impedir que estes construam por si relações entre seus pares na coletividade. Acreditamos que o direito deva edificar teorias que possibilitem o resgate do *homo economicus* do perecimento, como fizeram os franceses e os americanos.

100 CANOTILHO *apud* COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Canotilho e a Constituição Dirigente**. Editora Renovar, 2003. p. 22.

101 Trata-se da inconstitucionalidade por omissão, presente “nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos requeridos para tornar plenamente aplicáveis as normas constitucionais”. SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38ª edição, editora Malheiros, São Paulo, 2014. p. 54. Tal omissão poderia ser atacada por Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) “(...) inovação da CF/88, inspirada no art. 238 da Constituição portuguesa. O que se busca através da ADO é combater uma “doença”, chamada pela doutrina de “síndrome de ineficiência das normas constitucionais”. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. Editora Saraiva, 15ª edição. 2011. p. 336.

102 BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz; LIMA, Clarissa Costa de. **Projeto Piloto: Tratamento das situações de superendividamento do consumidor**. Publicado em Prêmio Innovare – Edição IV – 2007, disponível em: <http://www.premioinnovare.com.br/proposta/projeto-piloto-tratamento-das-situacoes-de-superendividamento-do-consumidor-315/print>. Acesso em 08 de abril de 2017.

103 Informações disponíveis em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/nudecon/conteudo.php?pagina=edu> Acesso em 08 de abril de 2017.

104 Instituto em desuso, criticado pela doutrina especializada, dentre das quais se destaca Cláudia Lima Marques, que afirma que o instituto apenas se relaciona ao direito processual civil, não podendo ser aplicado a dinâmica inaugurada pelo Código de Defesa do Consumidor, justamente por ferir a proteção que o código confere a parte hipossuficiente. O instituto encontra-se regulado na Lei 13.105 de 16 de março de 2015, mais especificamente face do art. 1.052 CPC, que manteve vigência de todo o Livro II, Título IV, da Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973, ou seja do antigo Código de Processo Civil até edição de Lei específica.

4. CAPÍTULO III – TUTELA DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO EM JUÍZO E ANÁLISE DO PL 283/2012 NO PROCESSO DE TRATAMENTO DO ENDIVIDAMENTO CRÔNICO

As questões afetas ao superendividamento inevitavelmente chegaram ao poder judiciário que, conforme dito anteriormente, não encontra norma específica para aplicação aos inúmeros casos. Este capítulo apresentará institutos jurídicos análogos ao superendividamento e que, em teoria, poderiam ser aplicados ao tratamento destes consumidores; apresentará também breve comentário da diferenciação destes institutos com a atual redação do Projeto de Lei 283/2012.

4.1 Institutos jurídicos análogos ao tratamento do superendividamento

A analogia consiste em um mecanismo de integração do ordenamento jurídico prevista no art.4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que disciplina que “quando a Lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito”.¹⁰⁵

Maria Helena Diniz, afirma que analogia é:

105 BRASIL, Decreto-lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942. Art. 4º.

(...) a aplicação, a um caso não regulado de modo direito ou específico por uma norma jurídica, de uma prescrição normativa prevista para uma hipótese distinta, mas semelhante ao caso não contemplado, fundando-se na identidade do motivo da norma e não na identidade do fato.¹⁰⁶

Giancoli (2008) afirma que a ausência de uma teoria dogmática sobre o superendividamento autoriza a aplicação de institutos semelhantes, aproveitando, todavia, os fundamentos que lhe são comuns, qual seja, a vontade do legislador em regular o ato. Desta forma, analisando os institutos jurídicos que poderiam ser aplicados ao superendividamento se pode encontrar: a lesão, a recuperação judicial, a falência e a insolvência civil, institutos cuja aplicação, por analogia serão a seguir estudados.

4.1.1 Lesão

A lesão pode ser definida como um:

(...) meio de viciar o negócio jurídico, caracteriza-se, em síntese, pela desproporcionalidade existente nas prestações. O seu campo de atuação é a dos contratos onerosos, mormente o de compra e venda. É “o prejuízo que uma pessoa sofre na conclusão de um ato negocial resultante da desproporção existente entre as duas partes.”¹⁰⁷

O nascimento do instituto remete ao Direito Romano e equivalia a “alienação da coisa por menos da metade de seu preço justo ou de seu valor”. O Código de Napoleão incluiu o princípio lesionário ao instituto, isto é, passou a exigir que o desequilíbrio entre as prestações das partes fosse ocasionado pela má-fé de uma delas.¹⁰⁸

No Brasil o instituto obteve regulamentação nas Ordenações Afonsinas, obtendo os mesmos princípios nas Ordenações Manuelinas e Filipinas, que como cediço vigorou até a entrada em vigor do Código Civil de 1916. Clóvis Beviláqua não inseriu este instituto em seu código em homenagem a prevalência do princípio da *pacta sunt servanda*, sendo as partes obrigadas a cumprir o conveniado, sejam as prestações proporcionais ou não. No Código Civil de 2002 o instituto encontra-se previsão no capítulo destinado aos defeitos do negócio jurídico, mais precisamente no art. 157 que prevê que: “ocorre a lesão quando uma pessoa,

106 DINIZ, Maria Helena, **Dicionário jurídico universitário**. Editora Saraiva, São Paulo, 2010. P.41.

107 PEREIRA, 1978, *apud* VENOSA, Silvo de Salvo. **Direito Civil parte geral**. Editora Atlas, São Paulo, 2011. P.437.

108 VENOSA, Silvo de Salvo. **Direito Civil parte geral**. Editora Atlas, São Paulo, 2011. P.438.

sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”. A pena prevista no código é a anulação do negócio jurídico.¹⁰⁹

O instituto também encontra previsão em vários artigos do Código de Defesa do Consumidor, fato que corroboraria para sua aplicabilidade aos casos afetos ao superendividamento, apesar de não trazer a redação de “lesão”, Giancoli (2008) afirma que a o instituto estaria contido na primeira parte do art. 6º, V do CDC, “razão pela qual referida Lei concede ao consumidor lesado o direito de modificar as cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais”¹¹⁰ Como se pode concluir, a primeira parte do artigo protege as obrigações que já nascem viciadas pela lesão, o que tornaria o instituto inadequado ao superendividamento, eis que este se configura posteriormente ao contrato. Todavia, a presente antinomia encontra-se corrigida na segunda parte do capítulo que abriga as obrigações que podem ser tornar excessivamente onerosas ao consumidor em tempo posterior. O instituto também está previsto no art. 39 também do CDC, quando trata das práticas abusivas por parte dos fornecedores ou na exigência de vantagens manifestamente abusivas, em perfeita alusão ao instituto da lesão. Desta forma, se pode concluir que a aplicação do instituto aos casos de superendividamento está restrito a segunda parte do art. 6º, V do CDC, o que poderia proporcionar revisão do contrato no caso concreto.¹¹¹

Todavia, como já visto o superendividamento mais comum se deve a fatos ordinários da vida do consumidor, como doença, perda de emprego, entre outros fatores, o que mostra que o presente instituto não agasalha o superendividamento em todas suas nuances.

4.1.2 Recuperação judicial

A Lei 11.101/2005 nasceu sob influência dos fundamentos da República de valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, princípios que deram origem ao novo princípio da preservação das atividades empresariais, princípios estes que podem ser encontrados da leitura do art. 47 da referida legislação.

109 BRASIL. Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Art. 157.

110 GIANCOLI, Bruno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2008.p.79.

111 Ambas previsões legais constantes da fonte: BRASIL. Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990,

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.¹¹²

A Recuperação Judicial veio para substituir o antigo instituto da concordata, que apenas concedia uma dilação do prazo para que as sociedades empresárias pagassem suas obrigações. Esse “favor” legal era concedido em virtude dos riscos inerentes a qualquer tipo de empreendimento.¹¹³ Apesar do instituto não existir na atualidade, convém destacar que o mesmo não poderia ser aplicado ao consumidor superendividado porque exigia o título de empresário para se valer do benefício legal; a distinção entre empresário e não empresário era sustentada pela teoria dos atos de comércio pelo qual a prática de qualquer dos atos do rol conferiam aos indivíduos o título de comerciante.¹¹⁴ Contudo, o instituto da concordata não se mostrou eficaz no decorrer do tempo, isto porque a mera majoração do prazo para adimplemento obrigacional apenas adia a decretação da falência do empresário.

Nesse sentido a Lei 11.101/2005 implementou um tratamento diferenciado aos empresários; a recuperação judicial além de dilatar o prazo para adimplemento das obrigações, prevê um planejamento das atividades empresariais e uma reorganização da administração e das estruturas do negócio, buscando o reequilíbrio do empresário no mercado, com o objetivo único da manutenção das atividades empresariais.

Fábio Ulhoa (2002) acrescenta que não é todo empresário que pode ser beneficiado pelo instituto, mas sim aquele que consegue demonstrar no plano de recuperação empresarial as condições para o sucesso do plano, isto porque, na concepção do autor o instituto traz prejuízos para a sociedade tornando assim a análise da viabilidade do plano imprescindível.¹¹⁵ Giancoli (2008) complementa afirmando que o prejuízo social decorrente do plano de recuperação judicial se dá com o aumento das taxas do crédito no mercado, efeito que o autor denomina de “socialização dos efeitos da recuperação judicial”. O autor traz ainda critérios

¹¹² BRASIL, Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

¹¹³ GIANCOLI, Bruno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2008.p.80.

¹¹⁴ GIANCOLI, Bruno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2008.p.82.

¹¹⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 370.

que devem ser observados no plano de recuperação, quais sejam: a importância econômica da empresa; o montante do ativo e passivo financeiro e o tempo da atividade empresarial, requisitos que permitem ao judiciário averiguar a capacidade de recuperação da sociedade.

A Lei 11.101/2005 considera a atividade empresarial não apenas como uma unidade de produção de bens ou serviços, mas também como uma atividade que gera renda, emprego, que colabora para o desenvolvimento nacional, sendo assim, merecedora de um tratamento diferenciado pelo Estado, para evitar sua falência. Nesse passo, por ser uma legislação benéfica ao devedor, ao nosso sentir sua sistemática deveria ser estendida ao devedor civil, com base nos princípios da dignidade de pessoa humana, boa-fé objetiva, cooperação, função social dos contratos, entre outros, nesse mesmo sentido defende Giancoli (2008), vejamos:

(...) se a questão for analisada sob ótica constitucional (art. 170 e seguintes), tomando a ordem econômica como um todo interdependente, é fácil perceber que a criação e a aplicação de mecanismos legais para a manutenção e a recuperação do crédito do consumidor, aptos a propiciar um ambiente capaz de estabilizar a capacidade de adimplemento das obrigações contraídas com seus credores (empresários fornecedores), é a única saída que o ordenamento jurídico dispõe para garantir, efetivamente, a livre iniciativa e a livre concorrência, noutras palavras, é o alimento que o mercado dispõe para a criação e manutenção da fonte produtora, dos empregos dos trabalhadores e da atividade empresarial, e também é o único recurso que dispõe o empresário para viabilizar a superação de uma crise econômico-financeira.¹¹⁶

Concordando com o autor, acreditamos que o rol da Lei 11.101/2005 deve ser complementado, para incluir o consumidor superendividado, para cumprir, desta forma, o objetivo da legislação, qual seja, a recuperação e a manutenção das atividades não apenas empresarias, mas também às relacionadas e necessárias à saúde econômica do país.

4.1.3 Insolvência civil

Instituto disciplinado no art. 955 do Código Civil de 2002 que prevê a declaração da insolvência toda vez que os somatórios das dívidas excederem o total de bens do devedor. Na prática, quando o total de dívidas exigíveis for maior do que a capacidade de pagamento do devedor, este pode experimentar dificuldades para o adimplemento de suas obrigações, situação em que a legislação autoriza a qualquer credor, sem prejuízo do próprio devedor, de

116 GIANCOLI, Bruno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2008.p.85.

requerer a declaração judicial da insolvência. Ulhoa (2004) define o instituto como “um concurso de credores, ou seja, uma execução da qual participam todos os titulares de crédito contra o mesmo executado e que alcança a totalidade dos bens do patrimônio deste”.¹¹⁷

O instituto da insolvência civil se assemelha à falência empresarial e se mostra como uma alternativa aos devedores que possuem qualquer perspectiva de adimplemento do somatório de seus débitos, mesmo que desfaçam da integralidade de seu patrimônio. Na prática se tem o vencimento antecipado de todas as obrigações de forma que os credores recebem na medida da proporção de seus créditos os valores levantados da liquidação dos bens do devedor. O montante eventualmente não liquidado pode ser exigido até a ocorrência da prescrição da ação de cobrança, que como cediço é de cinco anos, no teor do art.206, §5º, I do CC/2002.

No nosso entender o instituto não deve ser aplicado aos casos de superendividamento do consumidor, porque deve-se objetivar a preservação da capacidade de negociação e de consumo do superendividado, até porque o ato de consumir é antes de tudo uma necessidade. Além deste fato, deve-se considerar que a capacidade de gerir os próprios bens não é reservado ao insolvente posto que, segundo determina o art. 763 do CC/2002, o devedor insolvente perde a capacidade de administração de seus bens, que fica sob a custódia de um administrador nomeado pelo juízo. Consequentemente, o instituto em comento não se mostra apto às situações de superendividamento porque objetiva tão somente a recuperação do crédito pelo credor e não a recuperação da saúde econômica e civil do insolvente.

4.2 Principais propostas do Projeto de Lei 283/2012¹¹⁸

Considerando que, de um lado o crédito se tornou um elemento indispensável ao convívio na sociedade brasileira, se configurando no mais das vezes como meio essencial de fruição dos benefícios desta sociedade, mas que por outro lado pode provocar efeitos adversos e graves na vida dos superendividados, o Projeto de Lei 283/2012 do Senado Federal objetiva a adição de uma sistemática a prevenir e tratar o superendividamento da pessoa física.

117 COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2004. p. 210.

118 BRASIL. **Anteprojeto de Atualização do Código de Defesa do Consumidor**. Arquivo em PDF disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>>. Acesso em 27 janeiro 2016.

O Projeto se estabelece sobre os princípios comuns ao Código de Defesa do Consumidor, com destaque aos princípios da cooperação, informação e solidariedade. Destaca já em seu art. 1º a necessidade de promover educação financeira do consumidor, a garantia da prática de crédito responsável, a preservação do mínimo existencial do devedor e a resolução extrajudicial dos conflitos.

Segundo Marques (2010), o principal avanço do projeto encontra-se no apego ao dever de fornecimento de informação útil e detalhada como principal forma de prevenção ao superendividamento.¹¹⁹ Este apego, ao dever de informação, está cristalizado no art. 54-B do projeto, que determina a obrigatoriedade do fornecedor de fornecer aos consumidores, no contrato e nas faturas do crédito: as taxas de juros, o custo efetivo total da operação, os encargos de qualquer natureza, a soma total a pagar com ou sem financiamento, o direito de liquidação antecipada não onerosa e a validade da oferta de crédito.

Estabelece também regras a coibir condutas abusivas dos fornecedores crédito, tais como: realizar ou proceder a cobrança de débito contestado pelo consumidor, enquanto não esclarecida a controvérsia; a proibição de campanhas publicitárias que podem induzir ao consentimento irrefletido do consumidor: como crédito gratuito, isento de riscos ou de juros, estampados no art. 54-C.

O art. 54-D obriga os fornecedores a fazer uma avaliação criteriosa da capacidade de pagamento do tomador de crédito, cabendo ao mesmo o papel de aconselhar e de advertir o consumidor ou intermediário sobre os riscos da transação de crédito e do comprometido de sua renda com as prestações. O projeto aposta na conciliação como o principal meio de renegociação das dívidas do consumidor superendividado, o art. 104-A prevê a realização de uma audiência de conciliação, com a presença de todos os credores do devedor, na qual o consumidor apresentará um plano de pagamento da dívida no prazo máximo de cinco anos, preservando o seu mínimo existencial e as condições pactuadas.

O não comparecimento injustificado do credor, suspende a exigibilidade de seu crédito e interrompe a mora. Sendo homologado o acordo, o consumidor não poderá formular pedido semelhante pelo prazo de dois anos, contados desde a liquidação das obrigações previstas no

119 MARQUES, Claudia Lima. **Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas**. Revista de Direito do Consumidor. Vol. 75. São Paulo: Ed. Rt, jul. –set. 2010, p. 27-28.

plano de pagamento. Diante da impossibilidade de acordo, o art. 104-B prevê a hipótese de ser instaurado o processo de superendividamento, no qual o plano de pagamento se dará por ordem judicial, no prazo máximo de pagamento em cinco anos.

Como se percebe o Projeto de Lei 283/2012 apresenta-se como uma boa medida de combate e tratamento ao superendividamento, mas bebe nas fontes europeias que defende a teoria de que o superendividamento é uma falha do consumidor e que por ter falhado necessita ser reeducado, ao nosso sentir, inobstante o inegável sucesso da teoria europeia nos países que adotaram aquela sistemática, deveria o Projeto prever ainda a hipótese do perdão da dívida (*fresh start*) para as casos mais graves do superendividamento; se trata em verdade da atribuição aos fornecedores de crédito dos riscos inerentes ao seu negócio e que na atualidade é compartilhado com toda a coletividade com adoção de taxas de juros altíssimas,¹²⁰ ademais tem-se que este ideal não é inédito no ordenamento jurídico brasileiro, posto que já é aplicado na Lei 11.101/2005¹²¹, não havendo qualquer óbice para estender esta sistemática aos consumidores.

120 Merece destacar, contudo, que a SELIC (Taxa básica de juros no Brasil) é utilizada também como um instrumento de política anti-inflacionária, não apenas como parâmetro para remuneração do crédito. Banco Central do Brasil, conceito sobre a SELIC, disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicintro.asp?idpai=SELIC>. Acesso em 23 de maio de 2017.

121 BRASIL, Lei 11.101/2005 – Lei da recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária.

5. CONCLUSÃO

Esta monografia buscou apresentar as mais variadas questões que gravitam em torno do superendividamento do consumidor de crédito bancário nacional: desde suas características e classificações concedidas pela doutrina especializada, perpassando pelo papel central desempenhado pelo consumo nas sociedades atuais, em que o crédito é visto em um só tempo como produto e forma de consumir; até os principais modelos de tratamento aplicadas na atual conjuntura no cenário internacional.

Debruçado em artigos científicos e obras consagradas sobre a temática, verificamos que o crédito quando concedido de forma temerária e consumido de forma indiscriminada indubitavelmente facilita o processo de superendividamento, que se não for contido a tempo pode tolher do consumidor sua capacidade para se figurar no mercado de consumo dos dias atuais, cada vez mais dependente dos meios eletrônicos de pagamento, do crédito e da inexistência de restrições creditícias. Inobstante a estes pontos maléficos aos consumidores, deixamos claro que o crédito pode assumir um papel social inexorável se normas eficazes forem aplicadas em sua concessão, no seu consumo e na recuperação dos consumidores que já se encontram em estado de endividamento crônico.

Vimos que o crédito brasileiro se popularizou com a estabilidade inflacionária propiciada pelo Plano Real e mais recentemente com o sucesso das políticas de ampliação e distribuição de renda efetuadas nos governos Lula I e II. Desde então o mercado de crédito passou a assumir uma posição de destaque na economia nacional, seja por proporcionar capacidade de empreendimento, seja por ano após ano ampliar o número e o grau de endividamento das famílias brasileiras. Verificamos que a maior dificuldade de adimplemento das obrigações creditícias tem impacto direto na qualidade do crédito nacional, que consequentemente aumenta os riscos destas operações, diminuindo a confiança do credor e por fim encarecendo o crédito concedido nacionalmente, o que em tese, impulsionaria o fenômeno do superendividamento entre nós.

Por derradeiro, acreditamos que o superendividamento, mesmo ainda sem regulação própria no Brasil, não pode ser encarado de forma simplista posto que é um sério problema social, jurídico e econômico que afeta toda a sociedade, comprometendo princípios e regras de ordem constitucionais inegociáveis, como: a dignidade da pessoa humana, a busca da

erradicação da pobreza da marginalização e da desigualdade social e regional. O Projeto de Lei 283/2012 se mostra como uma medida interessante no combate ao superendividamento, porque objetiva educar os integrantes do mercado do crédito aos seus riscos, além de apostar nos meios alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação sem abrir mão do poder coercitivo do judiciário. Características que julgamos ser fundamentais para a concretização da finalidade do Código de Defesa do Consumidor que é conformando e estabilizando o mercado e economia nacional.

Contudo, repisa-se a nossa proposta de o país adotar um modelo semelhante à política do *fresh start* americano aos casos mais graves do superendividamento, isto porque não é crível aceitar, na atual égide constitucional, qualquer comprometimento grave da dignidade da pessoa humana imposta pela perpetuação do quadro de superendividamento. Nessa toada, infelizmente, não vislumbramos qualquer eficácia jurídica à futura norma emanada do PL 283/2012 se um instrumento jurídico semelhante a esta política americana não for de fato implementada em seu texto normativo. Se isto não ocorrer estaremos perdendo uma valiosa oportunidade de pôr um fim às imensuráveis histórias de consumidores superendividados em nosso país e mais uma vez estaria o legislador nacional editando uma norma de conteúdo programático, dilatatório e nominalista, reservando para um futuro incerto a eficácia normativa de uma norma meramente nominal.

6. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. **A boa-fé na relação de consumo**. Revista do Direito do Consumidor. n. 14. São Paulo: RT, abr.-jun./1995. p. 21.

BAUDRILLARD, J. **La société de consommation: ses mythes, ses structures**. Paris: Denoël, 1970.

BENJAMIN, 1994 *apud* LOPES, José Reinaldo. **Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral**. Revista de informação legislativa. Vol. 33. N. 129. P. 109-115. Jan. – Mar, 1996. P. 110.

BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz; LIMA, Clarissa Costa de. **Projeto Piloto: Tratamento das situações de superendividamento do consumidor**. Publicado em Prêmio Innovare – Edição IV – 2007, disponível em: <http://www.premioinnovare.com.br/proposta/projeto-piloto-tratamento-das-situacoes-de-superendividamento-do-consumidor-315/print>. Acesso em 08 de abril de 2017.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm, acesso em 21 de janeiro de 2016;

BRASIL. **Anteprojeto de Atualização do Código de Defesa do Consumidor**. Arquivo em PDF disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>. Acesso em 27 janeiro 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team={B5920EBA-9DBE-46E9-985E-033900EB51EB}>. Acesso em 16 de fevereiro de 2013. (Caderno de Investigações Científicas - Volume 1. Prevenção e Tratamento do Superendividamento / Escola Nacional de Defesa do Consumidor; elaboração Professora Cláudia Lima Marques e juízas Clarissa Costa de Lima e Káren Bertoncello – Brasília: SDE/DPDC, 2010.) p. 24.

CANOTILHO *apud* COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Canotilho e a Constituição Dirigente. Editora Renovar, 2003. p. 22.

CARPENA, Heloísa; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Superendividamento: proposta para um estudo empírico e perspectiva de regulação**. In: MARQUES; CAVALLAZZI (Org.), 2006, p. 328.

CASADO, Marcio Mello. **Os princípios fundamentais como ponto de partida para uma primeira análise do sobreendividamento no Brasil**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 33, p. 130-142, jan./mar., 2000, p 131.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Análise Metodológica da Economia Institucional**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **O perfil do superendividado: referências no Brasil.** In: MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.). **Direitos do Consumidor Endividado Superendividamento e crédito.** São Paulo: RT, 2006. p. 385.

CHARLES, K. K.; HURST, E; ROUSSANOV, N. **Conspicuous Consumption and Race.** Disponível em: <http://knowledge.wharton.uppen.edu/pappers/1353.pdf> acesso em 12 de setembro de 2016. CNJ: Projeto-piloto. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, n. 16/63, jul.-set., 2007, p. 177.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito comercial.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 370.

DICKERSON, A. Mechele. **Consumer Over-indebtedness: A US perspective.** University of Texas School of Law. Publicado em Texas International Law Journal, Vol. 43:135. October, 2, 2007. P.137.

DINIZ, Maria Helena, **Dicionário jurídico universitário.** Editora Saraiva, São Paulo, 2010. P.41.

ENGELMANN. Wilson; FORNASIER. Mateus de Oliveira. **Superendividamento e dignidade: Um enfoque hermenêutico do instrumental técnico de exacerbação do hiperconsumismo na sociedade contemporânea à luz do direito do consumidor brasileiro.** Publicado em: Revista de Direito do Consumidor, Vol. 88/2013, p. 259-290.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito.** Estud. av. [online]. 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200011>.

GIANCOLI, Bruno Pandori. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito.** Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

GRAU. Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988.** 11. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

HEFFETZ, O. **Conspicuous Consumption and Expenditure Visibility: Measurement and Application.** Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1004543> Acesso em 11 de setembro de 2016.

HESKETH, José Luiz; COSTA, Maria T. P. **Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho.** Departamento de Psicologia, Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v20n3/v20n3a05> Acesso em 22 de setembro de 2016.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, **Superendividamento no Brasil.** Programa Estudo sobre o crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul. São Paulo, 2009. P. 26. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Superendividamento no Brasil. Programa Estudo sobre o crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul.** São Paulo, 2009. P. 5. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

KIRCHNER, Felipe. **Os novos fatores teóricos da imputação e concretização do tratamento do superendividamento de pessoas físicas**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, v. 17, n. 65-113, jan.- mar. P.74 2008.

LIMA, Clarissa Costa de. **O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 89.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. Editora Saraiva, 15ª edição. 2011. p. 336.

LOPES, Raimundo de Lima. **Crédito ao consumidor e superendividamento – Uma problemática geral**. Publicado em Revista de Direito do Consumidor. v. 17. p. 57 – Janeiro de 1996.

MARQUES, Cláudia Lima Marques. **Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul**. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Org.). Direito do consumidor endividado: superendividamento e crédito. São Paulo: RT, 2006, p. 256.

MARQUES, Claudia Lima. **Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas**. Revista de Direito do Consumidor. Vol. 75. São Paulo: Ed. Rt, jul. –set. 2010, p. 27-28.

MARQUES, CLAUDIA LIMA. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 4.ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 183

MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli (Coord.). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais**. Publicado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 18 de março de 2017 no endereço: <http://hdl.handle.net/10316.2/25251>. Acesso em 19 de março de 2013.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **Regular o Sobreendividamento**. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria>. Acesso em: 29 de dezembro de 2015.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: sistema e tópico no processo obrigacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 409/418.

MIRAGEM, Bruno. **Doutrinas essenciais: direito do consumidor**. São Paulo: RT, 2011, p. 671-702. In GIANCOLI, Bruno Pandori. **O Superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**. P.102 São Paulo: Editora Verbo Jurídico, 2008.

MIRAGEM, Bruno. **Fundamento e finalidade da aplicação do Código de Defesa do Consumidor as Instituições Financeiras**. RDC 21/82, abr-jun, 2012. P. 362. Complementa a

definição afirmando que crédito é uma “disposição efetiva e imediata de um bem econômico, em vista de uma contraprestação futura”.

MONASTERIO, L. M. **Veblen e o comportamento humano: uma avaliação após um século de “a Teoria da Classe Ociosa”**. Cadernos IHU Ideias. Ano 3. N. 42. P 1-20. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2004.

NETO, André Perin Schmidt Neto. **Superendividamento do consumidor: Conceito, pressupostos e classificação**. Publicado em Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 26, p. 167-184, 209, 2010.

PAISANT, Giles. **El tratamiento del sobreendeudamiento de los consumidores em derecho francés**. RDC. Vol. 11. N. 42. 2002. P. 624.

PEREIRA, 1978, *apud* VENOSA, Silvo de Salvo. **Direito Civil parte geral**. Editora Atlas, São Paulo, 2011. P.437.

RAWLS, John. **Liberalismo Político**. Ciudad del México. Fundo de Cultura Econômica. 1994. P. 218/219.

República Francesa, Lei Neiertz, Lei n. 89.1010/1990.

ROSENVALD, Nelson; PELUZO, Cesar (Coord.). **Código civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 3. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2009. p. 458.

SANTO, Liliana Bastos Pereira. **Da concessão de crédito ao sobreendividamento dos consumidores**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6170089-Da-concessao-de-credito-ao-sobreendividamento-dos-consumidores.html>. Acesso em 02 de abril de 2017.

SARAIVA, Luis Fernando de Oliveira; REZENDE, Joyce Cristina de Oliveira; REIS, João Victor de Souza; INACIO, Márcio Dionizio; SCHURMAN, Lia Vainer. **A “nova classe média”: Repercussões psicossociais em famílias brasileiras**. USP, Instituto da Família, Relações de Gênero e Sexualidade (LEFAM). São Paulo/SP. Publicado na Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2015, V. 26, n. 1, p. 52-61, disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00052.pdf>> acesso em: 27 de junho de 2016.

SCALON, Celi; SALATA, André. **Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica**. Artigo publicado na Revista Sociedade e Estado. Vol. 27, n. 2, Brasília. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

SCHMIDT NETO, André Perin. **Revisão dos contratos com base no superendividamento: do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 263.

SENNA, Cíntia. **Saiba o que é endividamento e sua diferença para inadimplência**. Artigo publicado no site Educação Financeira em 19 de abril de 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kXMRz2GLkSAJ:www.dsop.com.br/2016/04/saiba-o-que-e-endividamento-e-sua->

diferenca-para-inadimplencia/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 18 de março de 2017.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38ª edição, editora Malheiros, São Paulo, 2014. p. 54.

TASCHNER, Gisela. **Cultura do Consumo, cidadania e movimentos sociais**. Revista de Ciências Sociais da Universidade Unisinos, Vol. 46, n. 1, p. 47-52, janeiro a abril de 2010.
TEPEDINO, Gustavo (Coord); **Obrigações – Estudos na Perspectiva Civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Editora: Renovar, 2005. P. 324.

THEOPHILO, Patrícia. **A vinculação contratual da publicidade no Código de Defesa do Consumidor**. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). Problemas de direito constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 359.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. Vol III. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidade e isonomia. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 1999. P. 138.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultura, 1988, p. 42,43, apud CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Análise Metodológica da Economia Institucional**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

VEBLEN, Thorstein. **The Theory of the Leisure class**. Edição de BANTA, Martha. Oxford: Oxford University Press; Reissue edition, Julho de 2009.

VENOSA, Silvo de Salvo. **Direito Civil parte geral**. Editora Atlas, São Paulo, 2011. P.438.